

SIMPÓSIO 2  
CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA PRONOMINAL  
DO PORTUGUÊS

COORDENADORES

Tânia Ferreira Rezende  
(Universidade Federal de Goiás)

Roland Schmidt-Riese  
(Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt)



## SISTEMAS DE CONCORDÂNCIA E DE CORREFERÊNCIA NO PARADIGMA PRONOMINAL DE PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Dorothy Bezerra Silva de BRITO<sup>1</sup>  
Adeilson Pinheiro SEDRINS<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho analisa as relações de concordância estabelecidas entre as formas pronominais *a gente* e *nós* com o núcleo verbal em sentenças do português brasileiro, e o licenciamento de formas anafóricas e pronominais que estabelecem uma relação de correferência com esses pronomes. A análise tem como objetivo discutir o estatuto das formas *a gente* e *se*, em termos de composição de traços, bem como argumentar a favor da ideia de diferentes gramáticas atuando no licenciamento de formas anafóricas e concordância verbal para as formas pronominais de primeira pessoa no português brasileiro. Mais precisamente, iremos argumentar a favor de que formas como *nos*, bem como a manifestação de morfologia de número no verbo, fazem parte de uma gramática periférica, nos termos de Kato (2013, 2005). Ainda, recorreremos à distinção entre duas variedades do português brasileiro apresentadas em Costa & Silva (2006), que propõem, baseados em diferentes padrões de concordância verbal encontrados no português brasileiro, em comparação com o português europeu, a existência de duas modalidades para o português brasileiro: PB1 e PB2. Em nossa análise, sugerimos que a variedade denominada PB2, pelos autores, pode ser inferida como parte da gramática periférica.

**PALAVRAS-CHAVE:** pronomes; concordância; correferência; gramática nuclear; gramática periférica.

### 1. Introdução

A variação entre as formas pronominais *nós* e *a gente*, formas de primeira pessoa plural, tem sido objeto de estudo de um número robusto de trabalho (ex. Lopes, 1999, 2003; Omena, 1998, entre outros). A competição entre essas formas tem favorecido uma dinâmica na variação da concordância verbal, podendo haver ou não

---

1 UFRPE/UAST, Endereço: Avenida Gregório Ferraz Nogueira, s/n – CEP: 56909-535, Serra Talhada, Brasil. E-mail: dorothybsb@gmail.com.

2 UFRPE/UAST, Endereço: Avenida Gregório Ferraz Nogueira, s/n – CEP: 56909-535, Serra Talhada, Brasil. E-mail: sedrins@gmail.com.

uma manifestação de morfologia de número no verbo, quando esses pronomes estão na posição de sujeito.

Além disso, quando as formas *nós* e *a\* gente* são retomadas por itens que estabelecem com estes uma relação de correferência, também podemos encontrar uma dinâmica de competição de formas, podendo tanto *nos* como *se* servirem como correferentes para *nós* e *a gente*, salvo algumas restrições de localidade (Menuzzi, 2004).

Os exemplos em (1), a seguir, serão tomados como o fio condutor da discussão a ser apresentada neste trabalho:

- (1) a. *A gente se viu no espelho.*  
b. *A gente se vimos no espelho.*  
c. *A gente nos viu no espelho.*  
d. ??*A gente nos vimos no espelho.*
- (2) a. *Nós se viu no espelho.*  
b. *Nós se vimos no espelho.*  
c. ??*Nos nos viu no espelho.*  
d. *Nós nos vimos no espelho.*

O ponto central da discussão deste trabalho é o estranhamento da combinação das sentenças apresentadas em (1d) e (3c), casos em que os exemplos soam mais degradados, em termos de gramaticalidade. Como iremos sugerir, o estranhamento dessas sentenças se deve a um conflito entre o uso de formas licenciadas por uma gramática nuclear e formas licenciadas por uma gramática periférica, nos termos em que propõe Kato (2005, 2013). A forma *nos*, restrita à escrita ou à fala conservadora (Duarte, 2013) faria parte da gramática periférica do falante do português brasileiro (PB), bem como o uso da marcação de número no verbo. O conflito, então, estaria no fato de que *nos*, um item da gramática periférica, seria mais compatível com o uso da forma morfológicamente marcada para número do verbo, quando este pode apresentar esta marca, uma propriedade também dessa gramática periférica.

Para desenvolvermos a discussão deste trabalho, iremos discutir os padrões morfossintáticos de concordância e correferência estabelecidos entre a 1ª pessoa do plural no português brasileiro (PB) contemporâneo, o verbo e formas anafóricas que a

tomam como antecedente, retomando a discussão apresentada em Menuzzi (2004). Iremos discutir também o estatuto da forma anafórica *se* em termos de traços constitutivos, e o estatuto da forma pronominal *a gente* em termos de traços gramaticais e semânticos.

O trabalho está organizado da seguinte maneira: a seção seguinte traz a discussão do trabalho de Menuzzi (2004), em que o autor apresenta restrições na dinâmica de concordância entre pronomes de primeira pessoa do plural no português e formas correferentes. Na seção 3, discutimos a constituição de traços da forma anafórica *se* no português, baseados no trabalho de Brito (2009), bem como discutimos brevemente os traços formais para a forma *a gente*, conforme assumimos neste trabalho. A seção 4 traz a discussão sobre os padrões de concordância verbal no PB, com base no trabalho de Costa e Silva, a partir do qual assumimos duas variedades para essa língua: uma com morfologia de número manifestada visivelmente no verbo e outra variedade em que essa morfologia não é verificada. A seção 5, por sua vez, discute a dinâmica das formas pronominais do PB que são especificadas para a língua escrita e as formas que são presentes tanto na fala quanto na escrita, baseados no trabalho de Duarte (2013). Ainda na seção 5 introduzimos, recorrendo a Kato (2005 e 2013) a noção de gramática nuclear e gramática periférica, a fim de embasar nossa proposta de que os exemplos degradados em (1) e (2) são resultados de um conflito gerado a partir da combinação de formas de gramáticas distintas. A seção 6 apresenta nossas conclusões.

## 2. Correferência *antecedente pronominal-anáfora*

Menuzzi (2004) afirma que a combinação entre *a gente*, *nós* e as suas possíveis formas anafóricas (*se* e *nos*, respectivamente) seria restringida por um conflito entre condições semânticas e gramaticais, pelo fato de *a gente* apresentar especificação gramatical [3pes, sing], e ter uso muito comum como [1pes, plu] no PB, como está ilustrado em (3) abaixo:

(3) a. *A gente* já {*se*/\**nos*} viu na TV.

b. *A gente* sempre confiou demais em {*si* mesmos/?*nós* mesmos}.

c. *A gente* tinha visto um bicho atrás de {*nós*/\**si*}.

Traços gramaticais

a gente	[3pes, sing]
se	[3pes]
nos (nós)	[1pes, plu]

O autor aponta que o uso da expressão *a gente* como forma pronominal de 1ª pessoa do plural é muito comum no português do Brasil, ainda que ela apresente a especificação gramatical [3pes, sing]. Para argumentar a esse favor, Menuzzi lança mão da concordância que essa expressão “exige da forma verbal” (Menuzzi, 2004, p. 108).

Para ele, o fato de *a gente* ser uma forma especificada como 3ª pessoa do singular e, ao mesmo tempo, ser compatível com o índice referencial de 1ª pessoa do plural, viola uma restrição semântica, denominada COMPSEM (descrita abaixo) e leva às alternâncias de formas anafóricas atestadas em (4).

- COMPSEM (COMPATIBILIDADE SEMÂNTICA) – Um índice deve ser compatível com as especificações lexicais do NP ao qual é atribuído.

- (4) a. *A gente* muitas vezes {*se/\*nos*} encontrava no cinema.  
b. *A gente* muitas vezes ouviu falarem mal de {*\*si/nós*} no escritório.

Menuzzi aponta que, embora *a gente* possa entrar em relações anafóricas com pronomes de 1ª pessoa, “essas relações só são permitidas quando o contexto não é local – quando há alguma ‘distância sintática’ envolvida” (p. 108), ou seja, essas relações apresentam restrições de LOCALIDADE, como mostra o contraste entre (5a) – (5c):

- (5) a. *A gente* já {*se/\*nos*} viu na TV.  
[Local]  
b. *A gente* sempre confiou demais em {*??si mesmos/?nós mesmos*}.  
[PP Compl]  
c. *A gente* tinha visto um bicho atrás de {*nós/\*si*}.  
[PP Locativo]

Para Menuzzi (2004, p.109),

- o problema com a relação entre *a gente* e *nos* em (5a) não pode ser inerente à “combinação” destas formas, já que essa combinação é possível em (6):

(6) *A gente* soube que o Paulo *nos* viu no Giovannetti ontem.

- o problema da relação entre *a gente* e *si* também não pode ser causado pela “combinação” destas formas, como mostra a gramaticalidade de (3a) – *si* e *se* seriam essencialmente iguais.
- os efeitos de localidade ilustrados em (3) não podem ser atribuídos às condições inerentes ao uso de pronomes de 1ª pessoa do plural ou de 3ª pessoa do singular, já que os primeiros podem ser “localmente ligados” por um antecedente que seja ele próprio um pronome de 1ª pessoa do plural, e não *a gente*, e os reflexivos de 3ª pessoa podem tolerar uma relação que não seja “a mais local”, desde que o antecedente seja também *semanticamente* de 3ª pessoa, e não apenas *gramaticalmente* de 3ª pessoa, como é o caso de *a gente* (6):

(6) a. *Nós* já *nos* vimos na TV.

b. *Nós* sempre confiamos em *nós mesmos*.

(7) a. *O João* sempre confiou em *si mesmo*.

b. ?*O João* viu uma cobra atrás de *si*.

Assim, no quadro geral delineado por Menuzzi (2004), tanto reflexivos de 3ª pessoa quanto pronomes de 1ª pessoa do plural podem ser formas anafóricas para *a gente* em sua interpretação de 1ª pessoa do plural. Entretanto, pronomes são excluídos caso a relação seja “a mais local possível” e se tornam aceitáveis à medida que a “a distância da relação aumenta”.

Para o autor, três condições entrariam em jogo para explicar as alternâncias discutidas até então: COMPSEM (definida acima), LOCALIDADE e COMPCADEIA (definida abaixo):

COMPCADEIA (COMPATIBILIDADE PARA CADEIAS) – Se (a,b) formam uma cadeia, então as especificações de traços de b devem ser compatíveis com as especificações de traços de a.

A interação dessas três condições resultaria no seguinte quadro para as anáforas de 1ª pessoa do plural:

Hierarquia da Localidade:	Local <	PP Compl <	PP Loc
Efeitos sobre <i>se/si</i> (LOCALIDADE, COMPSEM):	✓ <i>se</i>	?? <i>si</i>	* <i>si</i>
Efeitos sobre <i>nos/nós</i> (COMPCADEIA):	* <i>nos</i>	? <i>nós</i>	✓ <i>nós</i>
Violações de LOCALIDADE+COMPSEM ( <i>se/si</i> )	*	*	**
Violações de COMPCADEIA ( <i>nos/nós</i> )	**	*	-

A assunção de que *a gente* apresenta a especificação gramatical [P:3; N:Singular], tomando como evidência o reflexo dessa especificação na forma verbal e no reflexivo *se/si*, e a classificação agramatical da ligação local entre *nos* e *a gente* com base em restrições de compatibilidade de cadeia não encontram suporte empírico no PB, como se pode constatar na aceitação de dados como os apresentados a seguir:

(8) a. Nós nos vimos na TV.

b. ??Nós nos viu na TV.

c. Nós se vimos na TV.

d. Nós se viu na TV.

(9) a. A gente nos vimos na TV.

b. ??A gente nos viu na TV.

c. A gente se vimos na TV.

d. A gente se viu na TV.

Os dados apresentados em (8) e (9) testam a alternância entre as formas anafóricas e verbais de 1ª pessoa do plural. As relações entre *a gente* e *nós*, sejam como antecedentes ou anáforas, ainda que suscitem um grande estranhamento em alguns dos

dados criados, não nos parecem agramaticais, e melhoram consideravelmente com a realização morfológica da flexão de 1ª pessoa do plural no verbo (cf. (8b) em oposição a (8a), e (9b) em oposição a (9a)).

### 3. Composição de traços da anáfora e da forma *a gente* no PB

#### 3.1 Especificações de traços para a forma reflexiva *se*

No PB canônico, o *se* é considerado o clítico reflexivo para a terceira pessoa do singular, *ele* e *ela*, e do plural, *eles* e *elas*, para o pronome de segunda pessoa do singular *você*, e também do plural, *vocês*, e para o pronome de primeira pessoa do plural, *a gente*. Outra possibilidade apresentada pela gramática do PB, ainda que não faça parte do registro culto da língua, é a de que o *se* seja a forma reflexiva também para antecedentes de primeira pessoa do singular e do plural, *eu* e *nós*, respectivamente, e também para o pronome de segunda pessoa do singular, *tu* (Brito, 2009).

- (10) a. *Ele/ela se* cortou.  
b. *Eles/elas se* cortou(cortaram).  
c. *Você se* cortou.  
d. *Vocês se* cortou(cortaram).  
e. *A gente se* cortou(cortamos).  
f. *Eu se* cortei.  
g. *Nós se* cortou(cortamos).  
h. *Tu se* cortou.

Excetuando-se o *se*, os clíticos usados para marcar a reflexividade de um predicado podem também ser usados em contextos não reflexivos (a fonte em itálico indica que os itens têm o mesmo referente):

- (11) a. *Eu me* vi no espelho.  
b. *Eu me* vi no espelho depois que o João *me* lavou.  
c. *Eu se* vi no espelho depois que o João *\*se* lavou.

Em oposição ao que é observado com *me* em (11b), é obrigatório que *se* esteja no mesmo predicado que o seu antecedente, como evidencia a agramaticalidade de (11c), em que a interpretação pretendida é a de que todos os itens em itálico teriam o mesmo referente (i.e., *eu*, ou o falante). Abaixo, (12a) e (12b) vêm reforçar essa diferenciação entre *se* e *me*:

- (12) a. *Eu se* vi no espelho depois que o João *me* lavou.  
b. João *me*/\**se* viu no espelho.

Nos contextos apresentados, o *se* tem apenas a interpretação reflexiva e estabelece obrigatoriamente uma relação anafórica local com o antecedente, diferindo de *me* (e também de outros clíticos como o *nos*, por exemplo), que pode entrar numa relação anafórica tanto localmente quanto não localmente, e pode também ser dêitico (cf. *me* em (12b)). O uso do *se* reflexivo é muito restrito: tem de ser anafórico, tem de ter um antecedente local e não pode apresentar referência disjunta, como evidencia a agramaticalidade do *se* em (12b), em que a interpretação pretendida é uma em que o *se* tem uma referência diferente de *João*. É importante ressaltar que, ainda que haja restrições quanto ao contexto de ocorrência, a aparente não identificação dos traços de número e pessoa entre o antecedente e o *se* não torna a sentença agramatical.

Propomos, assim, que o *se* não tem os traços  $\phi$  especificados em sua estrutura. Sua presença (e a de um antecedente local) impõe uma interpretação reflexiva ao predicado, função esta que, para os outros clíticos, estaria condicionada a fatores como localidade e identidade de traços com o antecedente, por exemplo. A relação que há entre os outros clíticos e os antecedentes é a de correferência que se dá através da identidade de traços, e não uma relação de reflexividade.

### 3.2 Traços da forma pronominal *a gente*

Assumir que a forma pronominal *a gente* apresenta traços gramaticais de terceira pessoa e singular baseando-se apenas na morfologia de concordância verbal de terceira

pessoa “exigida” por essa forma é empiricamente contestável se analisarmos dados linguísticos coletados em qualquer parte do Brasil.

- (13) a. *A gente* gostamos de bolo.  
 b. *Nós* vai estudar mais tarde.

O enfraquecimento da morfologia de concordância no PB seria responsável pela possibilidade de contestar os julgamentos de gramaticalidade apresentados em (2), a depender da região do Brasil em que eles sejam coletados, além de permitir alternâncias da forma anafórica de primeira pessoa do plural, como podemos observar em (7) e (8).

#### 4. Sobre o padrão de concordância verbal do PB e a proposta de Costa e Silva (2006)

O paradigma de concordância verbal do português brasileiro tem apresentado um enfraquecimento na morfologia de número, sendo esta uma propriedade que distingue variedades do PB. Costa e Silva (2006), por exemplo, propõem uma distinção entre PB1 e PB2 com base no traço de número: o PB1 corresponde à variedade do PB em que se pode observar quatro diferentes marcas para a manifestação de número e o PB2 corresponderia à variedade em que haveria apenas duas marcas distintas para a morfologia verbal de número:

Quadro 1 - PB1: combinação de traços binários de pessoa e número (Costa e Silva, 2006)

	<b>singular</b>	<b>plural</b>		
I	Cant-o	Cant-a/cant-a-mos	[+pessoa, -número]	-o
II	Cant-a	Cant-a-m	[+pessoa, +número]	-mos
II	Cant-a	Cant-a-m	[-pessoa, -número]	-a
			[-pessoa, +número]	-m

Quadro 2 - PB2: distinção apenas marcada para pessoa (Costa e Silva, 2006)

	<b>singular</b>	<b>plural</b>
I	Cant-o	Cant-a
II	Cant-a	Cant-a
II	Cant-a	Cant-a

Costa e Silva (2006) estudam a manifestação da morfologia de número no domínio nominal e verbal do português (europeu e brasileiro) advogando a favor da

abordagem da Morfologia Distribuída (Embick & Noyer, 2001), mais especificamente a favor da ideia de que os efeitos de concordância visível nas variedades do português derivam do tipo de morfema envolvido (*singleton* ou *dissociado*) e do desencadeamento ou não de concordância em configuração especificador-núcleo.

De acordo com os autores, em PE e em dois dialetos do PB, não há nenhuma evidência para postular diferentes lugares de pouso para o verbo: em todos esses dialetos o verbo parece se mover de V para T, sem alcançar o núcleo funcional mais alto (Costa, 1996, Costa & Galves, 2002). Assim, a questão que surge é: se há evidência de que em todos esses dialetos o alvo do movimento do verbo é o mesmo, como manter a afirmação de que as diferenças morfológicas se correlacionam estritamente com o movimento do verbo?

Os autores propõem, então, que a diferença entre PB1 e PB2 está vinculada ao papel desempenhado pela natureza do morfema de número. Enquanto no PE [plural] é um morfema *dissociado*, que não figura na sintaxe propriamente dita e é inserido após *spell-out*, no PB [plural] é um morfema *singleton*, que se adjunge ao elemento que apresenta a informação concernente ao número.

(13) e (14) são representativos do PB1 e do PB2, respectivamente, na proposta de Costa e Silva:<sup>3</sup>

- (14) a. Os carro tão lindo (PB1)  
b. Os carro tá lindo (PB2)

Em (14a) o verbo apresenta morfologia de número, bem como o determinante que encabeça o sintagma nominal na posição de sujeito. De acordo com a proposta de Costa e Silva, a concordância verificada em entre o DP na posição de sujeito e o verbo (concordância de número morfológicamente visível) é desencadeada pela configuração especificador-núcleo – apenas essa variedade do PB (PB1) seria sensível a esse tipo de concordância.

Em (14b), apenas o determinante que encabeça o sintagma nominal na posição de sujeito apresenta a morfologia de número, o que se configura como a variedade do

---

3 Os autores assumem para as duas variedades do PB (PB1 e PB2) que no domínio do sintagma nominal a manifestação de morfologia de número se dá apenas no determinante. Não iremos discutir o padrão de concordância nominal no PB aqui, mas salientamos que essa consideração dos autores merece ser rediscutida, principalmente dentro de perspectivas que preveem a atuação de uma gramática periférica em que padrões de concordância nominal de número que se enquadram no que prediz a gramática normativa podem ser licenciados.

PB em que ocorre o morfema *singleton*. Nessa variedade, a configuração especificador-núcleo não acarreta concordância no verbo.

Assumindo as ideias defendidas em Costa e Silva (2006), observamos que os padrões apresentados em (15) e (16) do PB, podem ser acomodados, identificando aquelas construções representativas do PB1, bem como aquelas representativas do PB2:

(15) a. Nós nos vimos na TV. (PB1 – morfema *singleton*+morfologia acarretada pela configuração especificador-núcleo)

b. ??Nós nos viu na TV. (PB1 – violação da marcação morfológica no verbo em configuração especificador-núcleo)

c. Nós se vimos na TV. (PB1)

d. Nós se viu na TV. (PB2)

(16) a. A gente nos vimos na TV. (PB1 – concordância especificador-núcleo)

b. ??A gente nos viu na TV. (PB1 – violação da manifestação de concordância na configuração especificador-núcleo)

c. A gente se vimos na TV. (PB1 – concordância especificador-núcleo)

d. A gente se viu na TV. (PB2 – sem manifestação de concordância de número no verbo)

## 5. Retomando os dados de Menuzzi (2004)

Discutimos anteriormente os dados que estão sendo retomados em (17), abaixo, que são apresentados e discutidos em Menuzzi (2004):

(17) a. *A gente* já {*se/\*nos*} viu na TV.

b. *A gente* muitas vezes {*se/\*nos*} encontrava no cinema.

O objetivo central do nosso trabalho foi reinterpretar a impossibilidade de ocorrência de *nos* nos contextos como os apresentados em (17a) e (17b), buscando argumentar que essa impossibilidade se daria não necessariamente pela violação de condições apresentadas em Menuzzi, mas por uma questão de conflito de uso entre duas

gramáticas. Em linhas gerais, a ideia que queremos defender é a de que a forma *nos*, bem como o padrão rico de concordância verbal encontrado em algumas variedades do PB, são formas exclusivas do que Kato (2005, 2013) denominou de gramática periférica, onde se situa aquilo que o falante aprendeu sobre a sua língua por instrução formal.

De acordo com Kato (2013), o conhecimento linguístico de um adulto é constituído de uma gramática nuclear (aquela resultante da marcação de parâmetros), resultado da aquisição espontânea da língua, e um sistema periférico de regras, que corresponde ao conhecimento acumulado pela escolarização, onde se situa aquilo que o falante aprendeu, em situação formal de instrução. Esse sistema periférico iremos tratar como gramática periférica, em oposição à gramática nuclear.

Ainda de acordo com Kato (2013), existe uma distância entre a língua falada, vernacular, aquela da fase de pré-letramento, e a língua escrita visada pela escola como objeto de ensino. O conhecimento adquirido a partir da aprendizagem da língua escrita corresponderia ao conhecimento que expande o conhecimento do falante para além do domínio da gramática nuclear. Assim, iremos assumir aqui que formas linguísticas restritas ao universo da escrita, ausentes na língua falada, fazem parte da gramática periférica do falante.

Nesse sentido, Duarte (2013) apresenta um quadro dos pronomes pessoais do português brasileiro, verificando o uso em relação às modalidades falada e escrita do português. O quadro é apresentado a seguir:

Quadro 3 – Pronomes pessoais no português brasileiro – fala e escrita (Duarte, 2013: 120)

Pessoa	Número	Formas tônicas	Formas átonas na fala e na escrita			Formas tônicas oblíquas na fala e na escrita
		Nom.	Acus.	Dat.	Indef.	Formas nominativas sem função acusativa e oblíqua <sup>o</sup>
P1	sg.	Eu	me	me		mim, comigo
	pl.	<u>nós</u> <i>a gente</i>	<u>nos</u>	nos		<u>nós</u> , conosco <i>a gente</i> <sup>o</sup>
P2	sg.	tu, você	te, <u>lhe</u> , <u>o</u> , <u>a</u> , se	te, lhe		ti, contigo <u>você</u> <sup>o</sup> , <u>si</u> , <u>consigo</u> , <i>você mesmo</i>
	pl.	<u>vós</u> , vocês	vos, <u>os</u> , <u>as</u> , se	<u>vós</u> <u>lhes</u>		<u>vós</u> , <del>convosco</del> <i>vocês</i> <sup>o</sup> , <i>vocês</i> <i>mesmos</i>

P3	sg.	ele, ela	<u>o</u> , <u>a</u> , se	lhe	<u>se</u>	<u>si</u> , <u>consigo</u> <i>ele</i> <sup>o</sup> , <i>ela</i> <sup>o</sup> <i>ele(a) mesmo(a)</i>
	pl.	eles, elas	<u>os</u> , <u>as</u> , se	<u>lhes</u>		<u>si</u> , <u>consigo</u> <i>eles</i> <sup>o</sup> , <i>elas</i> <sup>o</sup> <i>eles(as)</i> <i>mesmos(as)</i>

Segundo a apresentação dos pronomes no quadro acima, Duarte afirma que as formas sublinhadas correspondem aos “pronomes de uso mais restrito a certos grupos sociais ou mesmo em extinção na fala espontânea” (Duarte, 2013: 119). As formas não grifadas correspondem aos pronomes presentes tanto na fala quanto na escrita, as formas tachadas correspondem aos pronomes extintos na fala e na escrita, e, por fim, as formas em negrito e itálico correspondem são formas inovadoras que já começam a aparecer também na escrita.

As afirmações sobre o quadro apresentado acima são colocadas por Duarte a partir da análise de resultados de trabalhos realizados em centros urbanos e, de acordo com a autora, sinalizam o que é mais conhecido e menos controvertido sobre o sistema pronominal brasileiro.

Como nos interessam, neste trabalho, quatro formas do quadro acima, a saber, *nós*, *a gente*, *se* e *nos*, temos abaixo o quadro comparativo das formas, entre essas quatro, que são restritas à escrita, e aquelas presentes tanto na fala quanto na escrita:

Quadro 4 – Formas pronominais de primeira pessoa do plural e possíveis formas correferentes: fala *versus* escrita

	Nominativo	Possíveis correferentes
P1 plu.	<u>nós</u> <i>a gente</i>	<u>nos</u> <i>se</i>

De acordo com o quadro acima, as formas *nós* e *nos* seriam as formas restritas à escrita, sugerindo que são formas mais produtivas pela gramática periférica da língua, uma vez que não estariam presentes, *a priori*, na língua falada. Observando ainda o mesmo quadro, podemos verificar que para a forma *nós*, tanto *nos* quanto *se* poderiam servir como formas correferentes, uma vez que tanto *se* quanto *nos* são formas previstas na gramática da escrita.<sup>4</sup>

4 A questão que surge é se uma construção como “Nós se vimos na TV” seria uma construção da gramática da escrita, que tende a ser aproximada com o uso normativo da língua. Não iremos desdobrar a discussão aqui, mas entendemos que a gramática periférica, nos termos em que estamos tomando aqui, e baseados nos trabalhos de Kato (2005, 2013), não deve ser entendida como gramática que apresenta apenas estruturas tidas como dentro de norma prescritivas.

Da mesma forma, para o pronome inovador *a gente*, pode-se prever tanto *nos*, quanto *se*, uma vez que *a gente* é uma forma presente na modalidade falada e na modalidade escrita.

A agramaticalidade dos exemplos em (17) não seriam, portanto, fruto de uma combinação equivocada entre forma pronominal e item correferente.

O que irá entrar em jogo é a combinação dessas formas com padrões de concordância verbal. Retomando a proposta de Costa e Silva sobre PB1 e PB2, sugerimos que essas duas variedades correspondem ao que estamos chamando aqui de gramática periférica e gramática nuclear, respectivamente. O PB1 represente a variedade do PB com uma morfologia de número manifestada no verbo, que é uma característica da variedade mais conservadora de uso da língua. O PB2, por sua vez, é a variedade sem manifestação de morfologia de número no verbo, característica mais presente na língua falada, espontânea.

Com base nisso, retomamos o quadro 4 abaixo, adicionando as possibilidades de manifestação de morfologia de número no verbo, quando o sujeito é uma das formas pronominais de primeira pessoa do plural:

Quadro 5 – Padrões de concordância verbal e de correferência com pronomes de primeira pessoa do plural no PB

	Nominativo	Possíveis correferentes	Possível manifestação de morfologia de número
<b>P1 plu.</b>	<u>nós</u> <i>a gente</i>	<u>nos</u> se	<u>v<u>iu</u></u> <u>vimos</u>

A forma **viu**, como forma verbal utilizada para sujeitos com traço de número plural, é uma forma específica da língua que entra no quadro acima apenas para ilustrar o uso de qualquer verbo sem a morfologia visível de número. É a forma que representa o padrão de concordância da gramática da fala, ou gramática nuclear. Já a forma vimos, é uma forma especializada para a escrita, ou decorrente da aprendizagem de uma variedade do português com morfologia rica de número. Com a inserção das formas verbais no quadro acima, as possibilidades de combinação entre os pronomes nominativos, as formas correferentes e a forma verbal ficam restritas.

A forma **viu** é incompatível com as formas *nós* e *nos*, essas últimas pertencentes ao uso de uma gramática periférica, e outra da gramática nuclear.

## 6. Conclusão

A hipótese que levantamos para a continuidade da reflexão até aqui empreendida é a de que a especificação dos traços gramaticais de *a gente*, assim como a sua especificação de traços semânticos, é a de [P:1; N: Plural]. A afirmação de que a especificação gramatical desta forma pronominal seria [P:3; N: Singular], baseada apenas na “concordância” com “verbos flexionados na 3ª pessoa do singular” ou reflexivos e pronomes que também apresentariam essa especificação gramatical, não encontra suporte empírico.

Se assumirmos que *a gente* apresenta a especificação gramatical [P:1; N: Plural], não teríamos a violação das condições semânticas e gramaticais que, segundo Menuzzi (2004), atuam nas alternâncias anafóricas da 1ª pessoa do plural, ou seja, COMPSEM ou COMPCADEIA, já que *a gente* e pronomes de 1ª pessoa do plural apresentariam as mesmas especificações de traços gramaticais e semânticos. Tampouco teríamos problema com a possibilidade de *a gente* apresentar *se* como anáfora, já que, como discutido em Brito (2009), este não teria especificação gramatical ou semântica para pessoa e número.

Algumas restrições parecem atuar sobre o clítico *nos* que, de acordo com nossos julgamentos de gramaticalidade, só é possível quando o verbo apresenta também a morfologia de número [plural], o que tentamos relacionar com um conflito de uso de duas modalidades de gramática distintas: uma periférica, em que formas mais conservadoras são licenciadas, como, por exemplo, a forma *nos* e a marcação de plural no verbo, e a gramática nuclear, em que são licenciadas formas e estruturas resultantes da marcação de parâmetros, no processo de aquisição da língua.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brito, D. B. S. 2009. *O se reflexivo no português brasileiro*. 2009. 113 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

Costa, J.; Silva, M. C. F. 2006. Notas sobre a concordância verbal e nominal em português. *Estudos Linguísticos* XXXV, p. 95-109.

Duarte, M. E. L. 2013. O papel da sociolinguística na descrição da gramática da escrita contemporânea. In: MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. (orgs.). *Contribuições da sociolinguística e da linguística histórica para o ensino de língua portuguesa*. Natal: EDUFRN, p. 115-142.

Duarte, M. E. L. 1996. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In KATO, M.; ROBERTS, I. (Orgs). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

Embick, D.; Noyer, R. 2001. Movement operations after syntax. *Linguistic Inquiry*, n. 32, p. 555-595.

Kato, M. A. 2013. A gramática nuclear e a língua-I do brasileiro. In: Martins, M. A. (org.). *Gramática e ensino*. Natal: EDUFRN, p. 147-164.

Kato, M. A. 2005. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: Marques, M. A.; Koller, E.; Teixeira, J.; Lemos, A. S. (org.). *Ciências da linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM (U. do Minho), p. 131-145.

Lopes, C. R. dos S. 1999. *A inserção de “a gente” no quadro pronominal do português: percurso histórico*. Tese (doutorado) – Rio de Janeiro: UFRJ.

Lopes, C. R. dos S. 2003. *A inserção de “a gente” no quadro pronominal do português*. Frankfurt/Madrid. VERVUERT/Iberoamericana.

Menuzzi, S. M. 2000. First person plural anaphora in Brazilian Portuguese: chains and constraint interaction in binding. In: Costa, J. (ed.). *Portuguese Syntax: new comparative studies*. Oxford: Oxford University Press, p. 191-240.

Menuzzi, S. M. 2004. Concordância da anáfora pronominal em português do Brasil. Conflitos entre condições gramaticais e semânticas, e a estrutura da gramática. In: Negri, L.; Foltran, M. J.; Oliveira, R. P. (Orgs.). *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo, SP: Contexto, p. 96-120.

Omena, N. P. de. 1998. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: SILVA, G. M. de O e; SCHERRE, M. M. P. *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ, p. 183-2015.

## DIFERENTES USOS DOS PRONOMES PESSOAIS: INOVAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO OU TENDÊNCIA DA LÍNGUA PORTUGUESA?

Ediene PENA-FERREIRA<sup>5</sup>

### RESUMO

Preende-se, neste trabalho, discutir os diferentes usos dos pronomes pessoais, especificamente o uso de pronomes retos na função de complemento e uso de pronomes oblíquos na função de sujeito, tidos como característica do português brasileiro (PB) que o diferencia do português europeu (PE). As ocorrências encontradas nos fizeram questionar se esses usos são peculiares do PB ou ocorrem ou ocorreram no PE. Para responder a esses questionamentos, analisamos *corpora* de textos escritos e orais do PE e do PB. Para observação de textos escritos utilizamos como referência o *Corpus do português*, organizado por Mark Davies e Michael Ferreira (2006), o COMTELPO (Corpus Mínimo de Textos Escritos da Língua Portuguesa), organizado por Figueiredo-Gomes e Pena-Ferreira (2006), e o Projeto Fly (Forgotten Letters Years 1900-1974) (2008). Os dados dos textos orais foram retirados do CRPC - Corpus de Referência do Português Contemporâneo e do CTOPS - Corpus de Textos Oraís do Português Santareno. Os dados de diferentes variedades da língua portuguesa nos permitem dizer que o uso do pronome oblíquo na função de sujeito e do pronome reto na função de complemento é uma característica da língua portuguesa popular, encontrada em épocas remotas, embora com pouca frequência, e em diferentes regiões. Ocorre que, no português brasileiro, devido à formação histórico-cultural, essa característica se acomodou e se desenvolveu, a ponto de muitos linguistas apontarem esse uso como traço diferenciador do PE e do PB.

**PALAVRAS-CHAVE:** pronomes pessoais; função nominativa; função acusativa; português brasileiro.

### 1. Primeiras palavras<sup>6</sup>

O interesse em investigar o comportamento dos pronomes pessoais surgiu pela observação de uso dos pronomes pessoais do caso reto na função de complemento

---

5 UFOPA – Instituto de Ciências da Educação/Programa de Letras, Av. Marechal Rondon, s/n. Caranazal 68040-090, Santarém-Pará- Brasil. E-mail: [ediene.ferreira@ufopa.edu.br](mailto:ediene.ferreira@ufopa.edu.br).

6 Este trabalho é parte do meu estágio de pós-doutoral, realizado no ILTEC (Instituto de Linguística Teórica e Computacional) de Lisboa/PT, sob orientação do prof. Lachlan Mackenzie. Para a realização da pesquisa tive apoio da CAPES.

verbal, como em (01)

(01) nós adotamos **ele**... então... no caso ele é o irmã::o... sobri::nho né?<sup>7</sup> (\*k27-EP)

e o uso dos pronomes oblíquos na função de sujeito, como em (02)

(02) deram... contribuição com dinhei::ro e::... e:: para *mim* puder ter essa embarcação... (FK8DL)

Esses usos nos levaram a refletir sobre o paradigma dos pronomes pessoais e sobre a mudança como o fenômeno inerente a todo sistema linguístico. Surgiram, portanto, as seguintes indagações: a) Estaria ocorrendo uma mudança de paradigma nos pronomes pessoais, considerando essa alternância de uso entre os pronomes retos e oblíquos? b) Essa mudança caracterizaria somente o português brasileiro ou caracterizaria também o português europeu? c) A alternância, pronomes retos funcionando como complemento verbal e pronomes oblíquos funcionando como sujeito, ocorreria em todas as pessoas ou haveria uma “preferência” por uma pessoa do discurso? d) Essa mudança se caracterizaria como uma inovação ou como uma tendência existente e já prevista no sistema da língua portuguesa?

Para responder a esses questionamentos, analisamos *corpora* de textos escritos e orais do PE e do PB. Para observação de textos escritos utilizamos como referência o *Corpus do português*, organizado por Mark Davies e Michael Ferreira (2006)<sup>8</sup>, o COMTELPO (Corpus Mínimo de Textos Escritos da Língua Portuguesa), organizado por Figueiredo-Gomes e Pena-Ferreira (2006), e o Projeto Fly (Forgotten Letters Years 1900-1974) (2008)<sup>9</sup>. Os dados dos textos orais foram retirados do CRPC - Corpus de Referência do Português Contemporâneo<sup>10</sup> e do CTOPS - Corpus de Textos Oraís do Português Santareno.

Além dos textos produzidos por falantes de Portugal e do Brasil, analisamos ainda textos orais de falantes de língua portuguesa de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Goa, Macau, Timor-Leste.

Antes de analisarmos os dados, faremos uma breve abordagem dos pronomes na tradição gramatical.

---

7 Ocorrências retiradas do Corpus de Textos Oraís do Português Santareno – CTOPS

8 Disponível em <http://www.corpusdoportugues.org/>

9 Disponível em <http://cards-fly.clul.ul.pt/>

10 Disponível em <http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc>

## 2. Os pronomes: de onde vieram, para onde vão?

É consenso nos compêndios gramaticais, que o pronome é a classe de palavra que acompanha ou substitui o nome. O pronome denota o ser, como o substantivo (nome), mas sem lhe dar a significação natural, ou refere-se ao ser, como o adjetivo (nome), mas sem lhe apontar qualidade ou propriedade, ou seja, a função dos pronomes, nada mais é do que mostrar ou demarcar a pessoa ou coisa sobre a ótica de quem fala ou em ligação a frase, conforme Luft (1996).

De acordo com Vilela & Koch (2001), o próprio nome “Pro-nomen” indica o valor de relação entre esta categoria gramatical e o nome (ou substantivo). Os pronomes possuem características como: serem flexionados normalmente em gênero e número, não são comparáveis e serem elementos que possuem importância denotacional no referencial do texto ou da situação. Desta forma, os pronomes se definem no discurso por não nomear, mas estabelecer a “dêixis”, a “mostração”, a “orientação” e justamente por isso eles tornam o texto flexível, ligando várias partes do texto. Os pronomes também são utilizados como acompanhantes do nome, e desta forma, como determinantes do substantivo.

Os pronomes pessoais são indicadores universais das três pessoas do discurso: quem fala, com quem se fala e de quem/que se fala, admitindo formas no singular com correspondentes no plural (Bechara, 2005).

De acordo com Câmara Júnior (2004), nos pronomes existe um falante (eu) que pode ser associado a si mesmo, uma ou mais pessoas (nós), constituindo então a primeira pessoa do singular (P1) e a primeira pessoa do plural (P4). Opondo-se a eles está um ouvinte, constituindo a segunda pessoa do singular (P2) ou mais de um ouvinte, constituindo a quinta pessoa do plural (P5). E todos os outros seres que se encontram fora do eixo falante-ouvinte, compõem a terceira pessoa do singular (ele/ela – P3), ou a terceira pessoa do plural (eles/elas – P6).

De filiação latina, ainda é possível hoje notar a correspondência entre os pronomes e os casos latinos, como se vê na tabela 01 a seguir:

Como vimos, o pronome *eu* provém de \**eo*, redução que no latim popular sofreu o clássico *ego*; corresponde-lhe no plural *nós*. Sequeira (1959), Vasconcelos (1959) e Nunes (1989) informam que em *mim*, de *mi* < *mihi*, deu-se a nasalação por influência do *m* inicial. Como o latim não possuía nenhum pronome para a terceira pessoa, os pronomes demonstrativos *hic*, *iste*, *ipse*, *is*, *idem*, ou *ille* eram usados para preencher

essa lacuna; o latim vulgar utilizou, preferencialmente, no masculino, a forma *elle*, donde *ele*; e no feminino a forma que lhe correspondia no mesmo gênero, isto é, *illa* donde *ela*. Os pronomes pessoais *o*, *a*, *os*, *as*, assim como as mesmas formas dos artigos definidos, vieram dos demonstrativos.

Tabela 01: Pronomes portugueses x casos latinos

Pessoa	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
Caso			
Nominativo	Ego > eu	Tu > tu	Ille > ele Illa > ela
Dativo	Mimi Mihi Me	Ti Tibi te	Sibi > si Illi > lhe
Acusativo	Me > me	Te > te	Se > se
Ablativo	Me > mim Mecum > (mego) comigo	Te > ti Tecum > contigo	Se > so Secum > consigo

(Adaptado de Sequeira, 1959)

As formas *nos* e *vos* (provindas, respectivamente, de *nós* e *nobis*, e de *vós* e *vobis*) tornaram-se átonas por serem proclíticas ou enclíticas. Foi o que ocorreu com *lhe* (de *illi*). Os pronomes *migo*, *tigo* e *sigo* dos arcaicos *mego*, *tego*, *sego*, surgem por analogia de *mi*, *ti*, *si*. *Nosco* e *vosco* não vêm diretamente de *noviscum* e *vosbiscum*, mas de *\*noscum* e *\*voscum* do latim vulgar (Nunes, 1989, p.47).

Vasconcelos (1959) afirma que os pronomes *eu* e *tu*, sendo nominativos, só se empregam como sujeitos; os outros pronomes, embora também se empreguem como sujeitos, podem ser regidos de preposições, e servirem de complementos: *ele*, *d'ela*, *por nós*, *entre vós*, *sobre eles*, *com elas*. Macambira (1997) também afirma que os pronomes de primeira e segunda pessoa, *eu* e *tu* respectivamente, possuem uma característica única em meio aos outros pronomes, uma vez que os mesmos só podem ser considerados como sujeito ou predicativo do sujeito (Macambira, 1997). Outras características que também são peculiares a esses dois pronomes com respeito ao aspecto sintático são de que eles não funcionam como objeto direto e não suportam preposições – no caso, para *eu*, para *tu*.

Assim, a tradição nos mostra que os pronomes que correspondem ao caso nominativo latino são usados sintaticamente como sujeito oracional; e os pronomes correspondentes aos demais casos são usados como complementos verbais. Dessa

forma, as gramáticas tradicionais de língua portuguesa apresentam o seguinte quadro para explicar os pronomes pessoais:

Tabela 02: Pronomes pessoais

NÚMERO	PESSOA	PRONOMES RETOS	PRONOMES OBLÍQUOS
Singular	Primeira	Eu	Me, mim, comigo
	Segunda	Tu	Te, ti, contigo
	Terceira	Ele/ela	Se, si, consigo, o, a, lhe
Plural	Primeira	Nós	Nos, conosco
	Segunda	Vós	Vos, convosco
	Terceira	Eles/elas	Se, si, consigo, os, as, lhes

(Adaptado de Abaurre, 2006)

Entretanto, usos do PB vêm mostrar que essa tabela não corresponde à realidade do português falado no Brasil. Primeiro porque a 2ª pessoa do singular e 1ª do plural coocorrem com, respectivamente, as formas “você<sup>11</sup>” e “a gente”, e a 2ª pessoa do plural está em desuso, sendo substituída por “vocês”, conforme observamos em (03), (04) e (05), respectivamente.

(03) em quanto tempo... em quanto tempo... aconteceu tudo isso? de *você* conhecer... casar... ter filho? (DM02-EP)

(04) não... *a gente* passemos:: mais ou menos uma semana de:::... uma semana eh::: pra conhecer a família... aí fiquemos na casa dela... passeando (DM01-EP)

(05) é como foi? *vocês* passaram um TEMpo lá... ou só conheceram mesmo? (DM01-EP)

Segundo porque essa divisão não corresponde, de forma estanque, ao papel sintático exercido pelo tipo de pronome. Ou seja, pronomes retos nem sempre exerceram o papel

11 Em Portugal, a forma de tratamento *você* nem sempre é considerada muito educada, e, ainda hoje, fora da intimidade, não é raro associá-la a alguém que não é muito culto e tem falta de educação. “[O valor] de tratamento igualitário ou de superior para inferior (em idade, em classe social, em hierarquia), e apenas este, [é] o que *você* possui no português europeu normal, onde só excepcionalmente – e em certas camadas sociais altas – aparece como forma carinhosa de intimidade. No português de Portugal não é ainda possível, apesar de certo alargamento recente de seu emprego, usar *você* de inferior para superior, em idade, classe social ou hierarquia” (Cunha e Cintra, 1984). Quase trinta anos depois de estas palavras terem sido publicadas, a perspectiva por elas descrita ainda se mantém em Portugal, embora no passado a atitude fosse, em certos meios, mais exacerbada quando se encarava o empregado de *você* (e não o uso da 3ª pessoa do singular com um interlocutor) como traço de falta de trato em situações de comunicação. Não é possível identificar com segurança a origem factual das expressões em apreço, mas parece plausível que *você* fosse usado com serviçais, entre os quais se incluiriam, por exemplo, moços de estrebria, que tinham um trabalho rude. (conversa informal com o prof. João Saramago, maio de 2014)

de sujeito e os oblíquos nem sempre exercem o papel de complemento, como nas ocorrências de (06) a (09).

(06) aí meu pai pegou e levou *nós*

(07) o papai traía muito *ela*

(08) aí ele me pegou e me deu de conta pra *mim* morar...

(09) pra *ti* aprimorar teu corpo

Diante dessas ocorrências, comuns no PB, surgem vários questionamentos sobre o paradigma dos pronomes pessoais. Tais usos são peculiares do PB? Ocorrem ou ocorreram no PE? Há fatores linguísticos que condicionam esses usos?

### 3. ... E a língua é feita de mudanças

As duas primeiras indagações que norteiam o nosso trabalho (1. Estaria ocorrendo uma mudança de paradigma nos pronomes pessoais, considerando essa alternância de uso entre os pronomes retos e oblíquos? e 2. Essa mudança caracterizaria somente o português brasileiro ou caracterizaria também o português europeu?) já podem ser respondidas.

Há uma liberdade, no português popular tanto brasileiro quanto europeu e africano, quanto ao uso dos pronomes pessoais. Como já apresentado acima, há frequente substituição, no PB, embora com coexistência, dos pronomes *tu* e *nós* por *você* e *a gente*, respectivamente; e a substituição do pronome *vós* por *vocês*. Mas esses usos também ocorrem no PE popular. Alguns estudos sobre a linguagem popular em Portugal comprovam isso.

Alves (1965) estudou a linguagem dos pescadores de Ericeira, uma vila que fica a 42 km de Lisboa, e constatou que:

Embora as formas do pronome pessoal sejam as mesmas do português normal, observam-se, no entanto, diferenças na 1ª pessoa e 2ª pessoas do plural para as quais se empregam as formas: (a) 1ª pessoa – a gente (a par de nós) “a gente somos pescadores”; (b) vocês, boceses (nunca vós). (Alves, 1965, 180)

Esses usos foram constatados também por Cruz (1991), que estudou a aldeia de Odeleite, uma comunidade que pertence ao concelho de Castro Marim, de que dista 14 km, à comarca de Vila Real de Santo António e ao distrito de Faro. A aldeia de pescadores, lavradores e canastreiros tem forte influência moura. Cruz (1991, p. 107) observou que *o pronome sujeito nós é muito frequentemente substituído pela expressão a gente, como é próprio da linguagem popular:*

(10) “Quand’ a gente pod’ à vinha...”

(11) “A genti orden’ a vaca, ô a ovelha, ô essi que fôri...”

(12) “chama-l’ a gente atafarrilha”

A forma do plural *vós* é substituída por *vocês*:

(13) “Vocês é que sabem...”

E o pronome *comigo* é geralmente substituído pela expressão *mais eu*.

(14) “Foi ele mais eu...”

Essa substituição também é realizada no nordeste brasileiro: “o homem que vive mais eu...”<sup>12</sup>

Em Malhada Velha, uma aldeia no Concelho de Penela, distrito de Coimbra, a substituição do pronome *nós* por *a gente* também foi confirmada por Oliveira (1992). A autora diz que *o pronome nós é usado na Malhada Velha como no português-padrão. Por vezes é substituído pelo indefinido ‘a gente’:*

(15) “Nós semos labradoris”

(16) “A genti ó pé d’elis num ganha sebo!”

E constatou que o pronome *vós*, pelo contrário, é sempre substituído por *bocê(s)*, *bossemecê(s)*

(17) E ká stou a aborrecer a vossemecê, num stou?

(18) Bocês são mas é uns rabacêros! (Oliviera, 1992, p. 155)

Em relação ao uso dos pronomes pessoais na função de sujeito e de complemento, Alves (1965) constatou que, em Ericeira, as formas do complemento

---

12 Fala espontânea de mulher, 50 anos, diarista, em Fortaleza/CE.

direto *o, a, os, as* e de complemento indireto *lhe, lhes*, aparecem substituídas pelas formas *ele, ela, a ele, a ela, a eles, a elas*.

(19) “Eu não quero ele cá dentro”.

(20) “Tinha uma cadêra de berga, escangalhei-ela”.

(21) “Bendi eles há munto ano”.

(22) “Molhómos elas todas” (Alves, 1965, p. 180)

Cruz (1991) observou que em Odeleite o pronome pessoal complemento é usado por vezes com função de sujeito:

(23) “... dá pra mim guardari”.

O caso contrário, o uso do pronome sujeito com função de complemento também se observa por vezes:

(24) “A gente agora vai cercando elas”

Consultando a base de textos orais do CRPC, vimos que o pronome indefinido *gente* vem sendo usado no PE popular com verbo na 1ª pessoa do plural:

(25) “é sim, minha senhora, o navio fica ancorado e *a gente íamos* com os botezinhos é que íamos procurar<sup>13</sup>”

Utilizando a mesma base, verificamos o comportamento dos pronomes no português africano. Encontramos *a gente* substituindo o pronome *nós* em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau:

(26) “eu acho que hoje em dia, com a proliferação de doutores que a gente tem” (Angola)

(27) “essas crianças que a gente tem, ao ficarem em casa só por dois meses” (Moçambique)

(28) “sim, a gente sabe.” (Guiné-Bissau)

E os pronomes *você e vocês* substituindo *tu e vós* em Angola e Goa.

(29) “bom, formada, depende do que você entende por formada, porque, escola secundária, como digo” (Angola)

---

13 Falante da cidade de Aveiro.

(30) “qualquer coisa que você julga e você acredita” (GOA)

(31) “vocês entre, en[...], mas, en[...], na juventude” (GOA)

Os dados de Angola nos mostraram que, a exemplo do que ocorre no PB e no PE, os clíticos *o, a, os, as* são substituídos por *ele, ela, eles, elas*.

(32) “eu e o padre Horácio é quem acompanhámos ela até ao hospital” (Angola,002)

Em Moçambique, encontramos os clíticos *o, a, os, as* substituídos por *a ele, a ela*.

(33) “que eu sigo *a ele*” (Moçambique)

(34) “do, do jogo, não é, a, de, da corrida, muita gente começou a criticar *a ela*.” (Moçambique, 005)

O clítico *me* ganhou reforço com a presença de *a mim*.

(35) “e outro segue-me *a mim*” (Moçambique)

Em Angola, o pronome oblíquo *mim* também é usado como sujeito.

(36) “eu tive de sair mesmo da minha família e arranjar um cantinho que é para mim poder viver sozinho trabalhar normalmente, para mim poder sobreviver.” (Angola, 004)

Nos Açores, também encontramos usos parecidos. Medeiros (1964), ao estudar a linguagem da Ilha de São Miguel, constatou que “com infinitivo conjugado, nas circunstâncias de fim, a forma pronominal de primeira pessoa que se usa é *mim* e não *eu*; *p’a mim comê(r)*; *p’a mim me desembaraça(r)*” (p.72).

Os dados apresentados revelam que o uso do pronome do caso reto em função de objeto e o uso do pronome oblíquo em função de sujeito, tidos como características do PB<sup>14</sup>, ocorrem nas demais variedades da língua portuguesa, sendo, portanto, um traço peculiar a essa língua e não a uma variedade específica.

Podemos ser tentados a pensar que esses usos são recentes na língua portuguesa, mas Nunes (1989) atesta o uso de *eles, elas* como formas de objeto direto no português arcaico. Diz o autor que na literatura antiga encontra-se por vezes o pronome *ele* ou *el* empregado também como acusativo ou complemento directo; assim no Livro de Esopo (edição Leite de Vasconcelos) lê-se a pág.33 *que enforacariam ell*. Veja-se exemplo

---

14 Un phenomena remarquable est celui de l’inversion des pronoms (...). Le pronom sujet s’emploie au lieu d’accusatif: chamar eles “chamá-los” ou “chamá-los a eles”. (Vasconcellos, 1970, p.132)

idêntico em documento do século VIII, pág.39. Igual prática subsiste no português do Brasil, segundo informa Leite de Vasconcelos no seu livro *Esquisse d'une dialectologie portugaise*.

Esse emprego dos pronomes, então, poderia ser considerado um uso existente no português arcaico e que se manteve no português popular contemporâneo, com maior ou menor frequência dependendo da variedade. No PB, por exemplo, esse uso, na oralidade, é praticamente generalizado, e às vezes, independe da classe social ou do nível de escolaridade, conforme observamos em uma rápida análise dos dados do CTOPS (Campos; Pena-Ferreira, 2013).

Tabela 03: Tempo de Escolaridade

Função Sintática / Tempo de Escolaridade	Pronome Reto com função de sujeito	Pronome Reto com função de complemento	Pronome Oblíquo com função de sujeito	Pronome Oblíquo com função de complemento	Total
0 – 4 anos	10 (26%)	20 (53%)	8 (21%)	0	38
5 – 8 anos	31 (39%)	37 (46%)	11 (14%)	1 (1%)	80
9 – 12 anos	17 (35%)	25 (51%)	7 (14%)	0	49
+ 12 anos	17 (33%)	23 (44%)	11 (21%)	1 (2%)	52
TOTAL	75 (34%)	105 (48%)	37 (17%)	2 (1%)	219

De acordo com Campos e Pena-Ferreira (2013), até os falantes com mais de 12 anos de escolaridade, os com nível superior, portanto, tendem, preferencialmente, a usar tantos os pronomes retos na função de complemento quanto o oblíquo na função de sujeito.

Equivocadamente poderíamos supor que essa preferência ocorre somente na oralidade. Mas, notamos em textos narrativos, como romances e novelas, do PB, o uso dos pronomes *ele* e *ela* como complementos verbais.

(37) “De tarde quando volta do serviço, a Carmela chama ele na cerca” (O Besouro e a Rosa, 1923)

(38) “Toda vez que eu canto ele” (Auto da Compadecida, 1955)

(39) “Terror sem fundamento, bem se vê... lavaram ela, Dona Carlotinha se deu ao trabalho de acender o fogo” (Grande Serão Veredas, 1956)

(40) “Que é para o estrangeiro respeitar ele” (Viva o povo brasileiro, 1984)

As ocorrências (37) a (40) foram encontradas em obras do período modernista. Cabe lembrar que o Movimento Modernista no Brasil caracterizou-se pela quebra de

padrões e pela tentativa de valorização do que é local. Talvez essa característica explique o uso de tais construções como sendo um uso do homem brasileiro, retratado nessas obras.

## 2.1 As preferências da língua

### 2.2.1 Pronomes retos em função acusativa

Cientes do uso de pronomes retos na função de complemento e de pronomes oblíquos na função de sujeito, questionamos se essa alternância ocorre em todas as pessoas ou se há uma preferência por uma pessoa do discurso.

Observando o *corpus* selecionado para este trabalho, encontramos 136 (cento e trinta e seis) ocorrências de pronomes retos em função acusativa; e 38 (trinta e oito) ocorrências de pronomes oblíquos em função de sujeito.

Percebemos que, em função acusativa, parece haver uma preferência pela terceira pessoa do singular, pois das 136 (cento e trinta e seis) ocorrências em que pronomes retos figuram como complemento, 105 (cento e cinco) são ocorrências com 3ª pessoa.

(41) como eu moro na casa do meu tio né?... eu ajudo *ele* lá

(42) eu conheci *ela* através de um colega nosso

Na tabela a seguir distribuimos o número de ocorrências de cada pessoa do discurso.

Tabela 04: Pessoas do discurso – pronomes retos em função de complemento

Pessoas do discurso	do 1ª pessoa do singular	do 2ª pessoa do singular	do 3ª pessoa do singular	do 1ª pessoa do plural	do 2ª pessoa do plural	do 3ª pessoa do plural
Quantidade de ocorrência	10	02	105	05	00	14

Com exceção da 2ª pessoa do plural, em desuso no PB, encontramos ocorrências de todas as outras pessoas do discurso, embora em número bem menor em relação à 3ª pessoa do singular.

A 1ª pessoa do singular foi mais encontrada em letras de canções populares, como demonstrado abaixo:

(43) Cê ta querendo *eu*, eu também tô te querendo

Pega *eu*, leva *eu*, chama *eu* que eu vou correndo (<http://letras.com/fernando-sorocaba/1908467/>)

(44) Quem quiser um coração

Cheio de amor e paixão

Tenho pra dar e vender

Pega *eu* e leva pra você

Pega *eu* e leva pra você (<http://letras.com/leonardo/pega-eu-e-leva-para-voce/>)

(45) Ô leva eu, Eva Eva

Leva também o meu amor, Eva Eva

E vamos juntos na avenida

É carnaval em São Salvador (<http://letras.com/ivete-sangalo/121393/>)

(46) Leva eu, leva eu

não quero ficar só

papai por favor

me leva pro forró (<http://letras.com/forro-do-muido/1629813/>)

(47) Molha eu,

Seca eu,

Deixa que eu seja o céu

E receba

O que seja seu.

Anoiteça e amanheça eu.

Beija eu,

Beija eu,

Beija eu, me beija. (<http://letras.com/marisa-monte/63/>)

(48) O leva eu

Minha sodade

eu também quero ir

Minha sodade

quando chego na ladeira

tenho medo de cair

leva eu

leva eu (<http://letras.mus.br/nilo-amaro-seus-cantores-de-ebano/664149/>)

(49) Deixa a vida me levar

(Vida leva eu!)

Deixa a vida me levar

(Vida leva eu!)

Sou feliz e agradeço

Por tudo que Deus me deu... (<http://letras.mus.br/zeca-pagodinho/49398/>)

Todas essas letras apresentadas são de autores brasileiros, mas encontramos uma letra escrita por um autor português chamado Cabuenha.

(50) Leva eu pra Angola e

Leva eu pra Angola e a

Pra saber dos fundamentos

Entender capoeira (<http://capoeiralyrics.info/Songs/Details/345>)

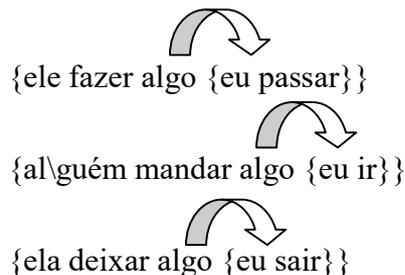
Esses usos parecem retratar o falar do homem simples, relacionando essa escolha linguística à classe social do falante. Em textos mais espontâneos, encontramos esse uso apenas quando a construção se caracterizava como sentença complexa, ou seja, quando há mais de uma oração em contextos em que o complemento da primeira se confunde com o sujeito da segunda:

(51) eu não quero mais... nem contato com ele... porque... *o que ele fez eu passar...*

(52) mandou eu ir duas horas

(53) ela deixou eu sair lá na porta

Observe que essas ocorrências apresentam a mesma estrutura:



De acordo com o que os gramáticos consideram padrão da língua portuguesa, em relação à escolha pronominal, as ocorrências acima seriam reescritas assim:

(52a) o que ele me faz passar

(51b) mandou-me ir duas horas

(53c) ela deixou-me sair lá na porta.

Pela estrutura da oração, percebemos que o falante pode optar por escolher usar o pronome de 1ª pessoa em sua forma oblíqua (*me*) ou em sua forma reta (*eu*). Como, no PB, o sujeito parece ter maior importância sintática, ou seja, se um dos elementos tiver que ser excluído da sentença opta-se por excluir o complemento e preservar o sujeito, o falante tende a escolher o sujeito, daí a preferência pela forma ‘eu’ e não ‘me’ em sentenças como as apresentadas acima.

Com a primeira pessoa do plural em função acusativa encontramos 05 (cinco) ocorrências, como a apresentada abaixo:

(54) aí meu pai pegou e levou *nós*

O uso da segunda pessoa do singular como complemento não apareceu na fala espontânea, apenas notamos o uso em letras de música, embora reconheçamos que esse uso é comum no nordeste brasileiro.

(55) É eu precisava tanto falar com ela

Mas eu vo falar *pra tu*

E *tu* dá uma forcinha pra eu tá

Olha eu vou falar *pra tu*

*Pra tu* falar pra ela

Pra ela falar. (<http://letras.com/tiririca/369908/>)

Talvez o pouco uso do pronome ‘tu’ deva-se ao fato de este pronome estar em concorrência e em coocorrência com o pronome ‘você’.

(56) eh eu gostaria de perGUNTAR a você.

(57) ... o que mudou em você...

(58) qual a imPORTÂNCIA dessa experiência nesse projeto PARA VOCÊ?

Já a terceira pessoa do singular ‘ele/ela’ é a preferida na posição de acusativo.

Talvez isso se explique por ser a 3ª pessoa o referente constante no discurso. Como se tratam de narrativas, o tema é sempre sobre um referente e esse referente aparece frequentemente na narrativa. O fato de haver uma incidência do pronome reto em detrimento do oblíquo, nesta função, pode ser explicado por ser aquele mais transparente que este; é como se o falante precisasse resgatar integralmente o referente, vejamos um exemplo:

(59) a gente tinha feito uma aposta... logo que nós vimos *ela*

Nesta narrativa, o falante está contando como conheceu a namorada. Ele e o amigo fizeram uma aposta para ver quem sairia primeiro com a garota. Retomar esse referente por meio do pronome reto parece torná-lo mais presente na narrativa, veja a diferença:

(59) a gente tinha feito uma aposta... logo que nós *vimos ela*

(59a) a gente tinha feito uma aposta... logo que nós **a** *vimos*.

Talvez a necessidade de ser explícito na narrativa leve o falante a preferir a transparência do pronome reto à opacidade do pronome oblíquo.

Observamos também se características semânticas do referente influenciariam na escolha do pronome. Percebemos que o uso do *ele/ela* independe da natureza do referente, pois retomam tanto entidades com os traços [+animado] e [+humano], quanto [+animado] e [-humano] até entidade com o traço [-animado]:

(60) eu conheci *ela* através de um colega nosso (*ela* = esposa, traços [+animado] [+humano])

(61) quando eles comiam... que as cobra iam pegar *eles*... eles corriam (*eles* = os patos, traços [+animado], [-humano])

(62) ... aquele coisa do do cigarro... não tem aquele pacotinho... de maratá... *ela* gosta de mascar *ele* (*ele* = cigarro, traços [-animado])

Foram registradas 14 (quatorze) ocorrências da 3ª pessoa do plural, como em (63):

(63) só o que nós devemos pedir é pra Deus que abençoe eles...

## 2.2.2 Pronomes oblíquos em função nominativa

Entendemos que há um equilíbrio em todo sistema linguístico. Devido a esse equilíbrio, esperamos que os pronomes oblíquos também passem a ocupar o lugar dos retos na função de sujeito, uma vez que estes, como mostramos nos exemplos acima, passaram a exercer função de complemento.

Isso de fato vem ocorrendo na língua, mas, de acordo com nossos dados, de forma menos frequente. Registramos 38 (trinta e oito) ocorrências e observamos que o fenômeno ocorre apenas na primeira e segunda pessoas do singular, com o pronome tônico *mim* e o átono *te*, respectivamente.

Tabela 05: Pessoas do discurso – pronomes oblíquos em função de sujeito

Pessoas do discurso	do 1ª pessoa do singular <i>mim</i>	do 2ª pessoa do singular <i>te</i>	do 3ª pessoa do singular	do 1ª pessoa do plural	do 2ª pessoa do plural	do 3ª pessoa do plural
Quantidade de ocorrência	29	09	00	00	00	00

A tabela 05 nos mostra que quando o pronome oblíquo é usado na função de sujeito, preferencialmente, é o pronome *mim* que ocupa essa função. Um detalhe importante é que nos dados analisados só registramos esse uso na construção [preposição para + pronome + verbo no infinitivo], como mostrado nas ocorrências (64) e (65):

(64) u::m rendimento vamos dizer assim ao final do mês... que dava suporte *pra mim* viver comecei a sentir o sabor da independência nesse tempo...

(65) agora eu vou amornar uma água *pra mim* tomar um BA::nho

Parece haver uma fixidez nesse tipo de construção, e o falante parece não reconhecer o *mim* como sujeito para segunda oração, mas sim como complemento da primeira. As sentenças (63) e (64) podem ser representadas pela estrutura abaixo:

(64a) [Dava suporte para algo  [X viver]]

(65b) [amornar água para algo  [X tomar um banho]]

Em que X é o sujeito da segunda oração. Como o sujeito é pronominal, espera-se

que o pronome escolhido seja um pronome do caso reto. Mas o falante talvez não interprete a sentença dessa forma, a interpretação dada parece ser a seguinte:

(64c) [Dava suporte para mim [viver]]

(65d) [amornar água para mim [tomar um banho]]

Esses casos são uma clara demonstração de que o pronome *mim* faz parte da primeira oração, atraído pela preposição *para*, não sendo, portanto, sujeito da próxima oração. O fato de o verbo da segunda oração estar reduzido à forma nominal infinitiva contribui, acreditamos, para que o falante não considere necessária a presença de um sujeito exposto, como, talvez, acontecesse se o verbo estivesse flexionado na forma finita. Não encontramos, por exemplo, construções em que o pronome *mim* substituísse o pronome *eu* iniciando sentenças, como em \* “mim não quero mais nem contato com ele”. No discurso espontâneo, por menos escolarizado que seja o falante, esse uso não ocorre, o que nos faz pensar que a substituição do pronome oblíquo pelo pronome reto, na 1ª pessoa, esteja condicionada à presença da preposição *para* e de verbo no infinito. A forma [para mim] parece ser uma espécie de construção pré-fabricada.

O termo *construção pré-fabricada* é aqui usado no sentido que Bybee (2010) utilizou para itens semanticamente semelhantes que se agrupam em torno de um exemplar de alta frequência – um pré-fabricado. Unidades pré-fabricadas são definidas por Bybee (2010) como qualquer expressão convencionalizada, como propõem Erman e Warren (2000). Para estes, os pré-fabricados linguísticos (prefabs) são combinações, utilizadas por falantes nativos, de duas ou mais palavras de preferência a combinações alternativas que poderiam, se não houvesse convencionalização, ser equivalentes.

Os pré-fabricados acabam sendo formas de identificação cultural de uma comunidade particular, incorporando-se ao repertório linguístico por meio da alta frequência. A frequência, para Bybee (2003), é um importante mecanismo para a formação da gramática, pois, segundo a autora, as construções gramaticais são rotinas motoras automatizadas que podem ser organizadas para que o discurso se torne mais fluente. Essa automatização ocorre devido à repetição, por meio da qual sequências de unidades, anteriormente independentes, tornam-se uma só.

A repetição constante leva à *habituação* e à *emancipação*. Segundo Bybee (2003a, p.154), habituação é o processo pelo qual um organismo não mais responde a estímulos repetidos, perdendo, assim, sua força semântica; e emancipação é o processo

pelo qual a função instrumental original assume uma função simbólica inferida do contexto no qual ocorre<sup>15</sup>.

Dessa forma, podemos dizer que as construções gramaticais são modificadas ou mantidas por meio do mesmo mecanismo, a repetição, atendendo às necessidades cognitivas e comunicativas do falante. Para dar conta dessas necessidades, as gramáticas das línguas naturais não podem ser concebidas como estáticas e acabadas. O seu aspecto não-estável manifesta-se por meio da variação e da mudança. Assim, dizemos que a gramática está em um contínuo processo e que sua estrutura linguística apresenta uma relativa estabilidade, pois, sincronicamente, a gramática exhibe, de modo simultâneo, padrões regulares, rígidos, e padrões que não são completamente fixos, mas fluidos.

Em outras palavras, podemos dizer que, ao lado de padrões relativamente fixos e resistentes a alterações, há, na gramática, formas que tendem a assumir novas funções, padrões novos que se estabilizam, resultando numa reformulação da gramática. Isso ocorre porque as gramáticas adaptam-se às necessidades de expressão dos usuários. É a situação comunicativa que motiva, em parte, a estrutura da gramática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abaurre, M. L. M. 2006. *Gramática: Texto: Análise e Construção de sentido*: volume único. São Paulo: Moderna.
- Alves, Joana Lopes. 1965. *A linguagem dos pescadores da Ericeira*. Junta Distrital de Lisboa.
- Bechara, Evanildo. 2005. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Bybee, J. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: Jandra, R.; Bybee, Joan. 2010. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge.
- Câmara JR., J. M. 2004. *Estrutura da língua portuguesa*. Ed. Vozes. Petrópolis.
- Cruz, Maria Luisa Segura da. 1991. *O falar de Odeleite*. Instituto Nacional de Investigação Científica. Lisboa.
- Davies, Mark and Michael Ferreira. (2006-) *Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s*. Available online at <http://www.corpusdoportugues.org>.

---

15 [...] habituation, the process by which an organism ceases to respond at the same level to a repeated stimulus(...). [...] the process of emancipation, by which the original instrumental function of the practice take on a symbolic function inferred from the context in which it occurs. (BYBEE, 2003, p. 154)

Erman, B.; Warren, B. 2000 *The idiom principle and the open choice principle*. Text., 20(1), p.29-62. Fox, Gwyneth.

Figueiredo-Gomes, J.B.; Pena-Ferreira, E. (orgs.) *Corpus mínimo de textos escritos em língua portuguesa*. Lisboa, 2006.

Luft, C. P. 1996. *Novo Manual de Português*. 3ª ed. – São Paulo – Globo.

Macambira, J. R. 1997. *A estrutura morfo-sintática do português*. 8ª ed. – São Paulo, Pioneira.

Medeiros, M. de J. C de. 1964. *A linguagem micaelense em alguns dos seus aspectos*. Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Nunes, José Joaquim. 1989. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Lisboa: Clássica Editora.

Oliveira, Margarida Gama de. 1992. *Malhada Velha (um lugar da serra no concelho de Penela): Estudo etnográfico, linguístico e folclórico*. Edição da Câmara Municipal de Penela.

Pena-Ferreira, E; Lima-Gomes, M. 2010. *Corpus de Textos Oraís do Português Santareno – CTOPS*. 1. ed. Santarém: Gráfica e Ed. Tiagão, v. I. 436 p.

Sequeira, Francisco Júlio Martins. 1959. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Popular.

Vasconcelos, José Leite de. 1959. *Lições de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro. Livros de Portugal. 3ª edição.

Vilela, M. Koch, I. V. 2001. *Gramática Da Língua Portuguesa*. São Paulo.



## **INDEXICALIDADE E DEFINITUDE. SOBRE OS DETERMINANTES DEFINIDOS EM PORTUGUÊS MEDIEVAL**

Sarah BÜRK<sup>16</sup>

### **RESUMO**

O objetivo do presente trabalho é analisar o uso dos determinantes definidos em português medieval. Os procedimentos seguidos no trabalho para analisar o emprego dos determinantes definidos são os seguintes: num primeiro passo, apresentarei considerações teóricas sobre a noção de definitude e a função semântica dos determinantes definidos em português contemporâneo. Num segundo passo, definirei os métodos e os critérios da análise seguindo a tipologia da teoria dos conceitos nominais e da determinação elaborada por Löbner (2011) desde um ponto de vista universal. Num terceiro passo, apresentarei os resultados da análise de um corpus de amostra de português medieval. O uso dos determinantes definidos em português medieval corresponde basicamente ao uso previsto pela teoria de Löbner (2011).

**PALAVRAS-CHAVE:** sintagma determinativo; português medieval; artigo definido; demonstrativo; possessivo

### **1. Introdução**

Os determinantes definidos são geralmente definidos como elementos funcionais que funcionam como regentes de sintagmas determinativos e que têm como complementos sintagmas nominais aos quais conferem o valor discursivo e pragmático de definitude (Longobardi, 2008). Sob o término de definitude considera-se uma categoria gramatical que se manifesta no âmbito da determinação nominal por meio dos determinantes definidos, isto é, o artigo definido, o artigo demonstrativo e o artigo possessivo (Lyons, 1999). Em função de elementos funcionais os determinantes definidos não são destinados a evocarem objetos ou classes de objetos imaginados ou reais e existentes fora do universo linguístico, tal como os substantivos, mas carecem de

---

16 LMU München/KU Eichstätt, Universitätsallee 1, D-85072 Eichstätt, Alemanha, SarahBuerk@gmail.com

conteúdo descritivo próprio e têm como objetivo estabelecer a construção referencial dos sintagmas nominais aos quais precedem. Os determinantes definidos desempenham, porém, a função de atualizadores da descrição categórica expressa pelos sintagmas nominais que introduzem. Assim, servem para converter o ser não referenciado, virtual e genérico denotado pelo sintagma nominal em um ser referenciado, individual, existente e inequivocamente identificável no contexto discursivo ou situacional.

Embora se confirme, ou seja, se suponha a existência de demonstrativos e possessivos em posição adnominal em todas as línguas que existem, apenas um número reduzido das línguas no mundo dispõe de um artigo definido. Entre as 620 línguas registradas no *World Atlas of Language Structure* apenas 308 línguas examinadas contam com um artigo ou afixo definido próprio (Dryer, 2013). Do ponto de vista geográfico, destaca que a maior concentração de línguas revestidas de um artigo definido próprio se encontra na África central, no Pacífico, na América central e na parte oeste da Europa (Dryer, 2013).

Em termos sintáticos, as línguas sem artigo definido próprio, tal como o latim, diferem das línguas com artigo definido próprio, tal como as línguas romances, apenas quanto à realização da cabeça funcional do sintagma determinativo. Enquanto for ausente um artigo demonstrativo ou possessivo, nas línguas com artigo definido próprio a função determinativa deve ser assumida por um determinante definido morfologicamente transparente. Nas línguas sem artigo definido próprio, ao contrário, a posição determinativa no caso da ausência de artigo demonstrativo ou possessivo é assumida por um elemento morfologicamente não transparente, o chamado artigo nulo, veja-se Longobardi (2008). Na criação de um artigo definido morfologicamente transparente, os pronomes demonstrativos de valor distal servem como fonte privilegiada (Lyons, 1999; Diessel, 1999). Assim também os artigos definidos das línguas romances, excepto o sardo, derivam do demonstrativo distal latim *ille* que não só dá origem aos artigos definidos, mas continua também como pronome demonstrativo distal reforçado pelo dêictico *eccum* em *aquele* (Ledgeway, 2012).

Tanto o estudo da evolução diacrónica do artigo possessivo e dos artigos demonstrativos como o estudo da emergência do artigo definido em tardo-latim e da sua subsequente evolução nas línguas romances tem sido objeto de inúmeras pesquisas, entre outras cabem destacar as publicações mais recentes de Galves (2008), Ledgeway (2012), Rinke (2010). Entretanto, fazem falta as pesquisas dedicadas propriamente às funcionalidades dos determinantes definidos de um ponto de vista histórico e

contrastivo e, isto, em especial, nas variedades históricas do português. A fim de promover a descrição linguística do sistema determinativo em português medieval, esta contribuição tem como objetivo analisar e contrastar a configuração do sistema dos determinantes definidos em português medieval à base de um corpus exemplar de hagiografias portuguesas medievais. Por este motivo, apresentarei na primeira secção considerações teóricas sobre a noção de definitude e a função semântica dos determinantes definidos em português contemporâneo. Na terceira secção, definirei os métodos e os critérios da análise seguindo a tipologia da teoria dos conceitos nominais e da determinação elaborada por Löbner (2011). Na quarta secção, apresentarei, então, os resultados da análise de um corpus de amostra de português medieval. E, finalmente, na quinta secção, acabarei por concluir a análise e sugerir futuras linhas de pesquisa.

## 2. Considerações teóricas

Como já foi aludido, nas línguas romances modernas, o artigo definido, os artigos demonstrativos e o artigo possessivo são os instrumentos essenciais na construção da referência definida. Assim, tanto o artigo definido como os artigos demonstrativos e o artigo possessivo servem para marcar a definitude do sintagma nominal que introduzem. Isto é, indicam que o complemento nominal introduzido por eles refere a uma única entidade determinada e específica no mundo extralingüístico, e que esta entidade única, determinada e específica é inequivocamente identificável, tanto por meio da informação categórica designada no sintagma nominal complemento do determinante definido como por meio do contexto pragmático dado.

Embora os determinantes definidos partilhem a função de indicadores de definitude, e, deste modo, de indicadores de identificabilidade e construtores de referência, variam nas formas de estabelecer a referência específica e definida dos sintagmas nominais que introduzem. A fim de determinar as diferenças funcionais entre o artigo definido, o artigo demonstrativo e o artigo possessivo, consideramos os seguintes exemplos (1-2):

(1) A Maria e o João estão a jantar em casa. A Maria diz:

a. Ô João, chega-me aí *o vinho*. Que estou a morrer de sede.

b. Ô João, chega-me aí *este vinho*. Que quero experimentar o branco primeiro.

c. Ô João, chega-me aí *o teu vinho*. Quero ver se é mesmo tão bom como dizes.

(2) a. \*Ô João, chega-me aí *o vinho e o vinho*.

b. Ô João, chega-me aí *este vinho e esse vinho*.

c. \*Ô João, chega-me aí *o teu vinho e o teu vinho*.

d. Ô João, chega-me aí *o teu vinho e o meu vinho*

O artigo definido no sintagma determinativo *o vinho* em (1a) expressa não apenas que o referente designado por *vinho* é inequivocamente identificável por parte do interlocutor, mas também que, na dada situação comunicativa, existe um único referente relevante ao qual convém a designação nominal *vinho*, vejam-se Löbner (2011) e Mira Mateus (1983). Em consequência do valor semântico de unicidade, geralmente atribuído ao artigo definido, explica-se também a impossibilidade de introduzir dois referentes da mesma designação categórica mediante um sintagma determinativo encabeçado por artigo definido, veja-se a agramaticalidade do exemplo em (2a), também Löbner (2011). Assim, o artigo definido sugere uma identificabilidade inequívoca preestabelecida da entidade referida e serve, portanto, para a expressão do sentido básico da noção de definitude.

O sintagma determinativo introduzido pelo artigo demonstrativo *este vinho* em (1b), porém, não requer uma interpretação referencial sujeita ao valor de unicidade, tal como visto em (1a). Ao contrário do artigo definido e em consequência do seu valor deítico, os artigos demonstrativos transmitem uma noção de contraste entre o referente real considerado pelo locutor e outros possíveis referentes do sintagma determinativo respectivo (veja Löbner, 2011; Lyons, 1999). Os artigos demonstrativos indicam, portanto, que existem várias entidades correspondentes à designação categórica expressa pelo sintagma nominal concorrentes no contexto pragmático atual e que cabe ao interlocutor descobrir a entidade referida precisamente considerada pelo locutor. Assim, os artigos demonstrativos podem também ser usados para referir a duas entidades distintas designadas mediante a mesma noção categórica, como se mostra no exemplo (2b) (Löbner, 2011).

Ao contrário do artigo definido, os artigos demonstrativos não expressam, então, a unicidade categórica do referente designado e não garantem, daí, a identificabilidade

inequívoca deste último. Em função de signos indexicais, os artigos demonstrativos indicam, porém, que o locutor está em contacto directo com o referente designado e que este contacto directo entre o locutor e a entidade designada destaca a entidade referida considerada como única para com as demais entidades referentes possíveis. Os artigos demonstrativos, portanto, não expressam a unicidade e, assim, a identificabilidade inequívoca preestabelecida da entidade referida, senão servem para expressar uma unicidade que nasce da relação deíctica entre o locutor e a respectiva entidade. De este modo, representam o referente designado como um representante categórico de relevo em contraste com os demais representantes da categoria expressa pelo sintagma nominal complemento, sejam estes últimos presentes na situação discursiva ou não. Concretamente no caso do exemplo (1b), o locutor pode empregar o artigo demonstrativo ou devido ao facto de haver de facto dois vinhos diferentes na mesa ou simplesmente a fim de captar a atenção do interlocutor e de dirigi-la para a entidade correspondente. De este modo, os artigos demonstrativos atribuem uma relevância epistémica de grão maior ao seu referente discursivo que o artigo definido, logrando daí um efeito de destaque (Kaplan, 1989).

Tal como os artigos demonstrativos, os artigos possessivos são considerados expressões indexicais. Semelhantes à funcionalidade dos artigos demonstrativos, os artigos possessivos asseguram, portanto, a identificabilidade inequívoca do referente designado pelo sintagma determinativo encabeçado por eles por indicarem uma relação directa entre a entidade referida com uma outra entidade possadora desta primeira entidade referida. No caso dos sintagmas determinativos encabeçados por artigos demonstrativos a referência se estabeleça mediante a ligação entre o locutor e a entidade designada e, em especial em português, a sua posição no espaço físico para com ele.

Os artigos possessivos, porém, podem construir a referência a partir de qualquer entidade, correspondente ou não ao locutor, que está em relação com a entidade referida e mediante a qual a entidade referida pode ser identificada. Assim, no exemplo (1c) o sintagma determinativo *o teu vinho* serve para designar um referente da categoria *vinho* que está ligado ao interlocutor, por estar possuído por ele, por estar situado perto dele ou por ter sido objeto do seu discurso, veja-se Celso/Cunha (1983). Semelhante ao artigo definido, os artigos possessivos não podem introduzir várias entidades da mesma noção categórica enquanto estas forem ligadas à mesma entidade possadora, como ilustra a agramaticalidade do exemplo (2c), veja (Löbner, 2011). De modo semelhante aos artigos demonstrativos, porém, os artigos possessivos podem introduzir uma

segunda entidade da mesma noção categórica caso esta última for ligada a outra entidade possesora que não a primeira, veja-se *o meu vinho e o teu vinho* no exemplo (2d).

Embora os artigos definidos expressem nada mais que o valor de definitude, os artigos demonstrativos e os artigos possessivos articulam, além do valor de definitude, um valor indexical. Por este motivo, tanto os artigos demonstrativos como os artigos possessivos podem ser considerados, então, determinantes definidos marcados semanticamente em comparação com o artigo definido, que não tem valor indexical. Ainda, os artigos demonstrativos e os artigos possessivos podem ser agrupados sob o término de *artigos deíticos*, tal como proposto por Mira Mateus et al. (1983). Para além do nível semântico, a função dupla dos artigos deíticos reflete-se nas estruturas e possibilidades sintáticas do português. Assim, no português europeu, os artigos possessivos estão obrigatoriamente acompanhados pelo artigo definido, como visto em *o teu vinho* em (1c). E, enquanto designarem um referente discursivo tópico, também os artigos demonstrativos podem co-ocorrer com o artigo definido, veja-se *o livro esse* no exemplo (3).

(3) Já li *o livro esse* no ano passado.

Em consequência do seu valor indexical, os artigos demonstrativos e os artigos possessivos indicam de forma explícita que os valores de unicidade e de identificabilidade inequívoca que atribuem à entidade referida por eles se limitam ao contexto linguístico atual ou descrito. Embora a unicidade atribuída à entidade referida pelo artigo definido também esteja submetida ao contexto linguístico, caso se combine com um substantivo comum como *vinho* em (1a) que não denota uma entidade inerentemente única, o artigo definido não comunica a limitação deítica de forma explícita.

Como resultado da relação indexical expressa entre a entidade referida e o locutor, no caso dos artigos demonstrativos, ou entre a entidade referida e uma outra entidade relacionada com esta primeira, como no caso dos artigos possessivos, os artigos deíticos tornam visível a dimensão subjetiva e o caráter contingente de cada enunciação, vejam-se os exemplos (4) para o artigo demonstrativo e o exemplo (5) para o artigo possessivo.

(4) a. *Aquele João* pensa que o mundo gira à volta dele.

b. Meu pobre coração, *nessa eterna ansiedade*,

*Nesse eterno sofrer, eterno arrastaria*

*Esta triste, esta longa, esta eterna saudade.*

(Mário Pederneiras, *LSMV*, p. 53) (Celso; Cunha, 1986:333)

(5) *O teu João é mesmo um convencido.*

Deste modo, os artigos demonstrativos e os artigos possessivos podem servir, ao contrário do artigo definido, para tornar visível o locutor e, portanto, para destacar a subjetividade inerente a cada enunciação. Por isso, os artigos deíticos podem comunicar valores subjetivos de diferente índole e, assim, tornar o discurso mais expressivo. Como visto anteriormente, os demonstrativos em (4) produzem um efeito de sinalização que o artigo definido não poderia expressar.

### **3. Método**

Antes de começar a própria análise das funções semânticas dos artigos definidos em português medieval, é preciso definir os métodos e os critérios básicos da análise. Os determinantes definidos estão, maioritariamente, considerados na sua dimensão pragmática, analisando sobretudo as funcionalidades diferentes do artigo definido e do artigo demonstrativo, vejam-se por exemplo, de um ponto de vista global, as teorias de Ariel (1990) e de Gundel et al. (1993) sobre os diferentes graus de acessibilidade referencial designada pelas distintas formas referenciais e as teorias respeitante à funcionalidade pragmática dos determinantes demonstrativos de Himmelmann (1996) e Levinson (2004), veja-se também a discussão do exemplo (4).

No entanto, os determinantes definidos manifestam claras diferenças nas suas respectivas preferências no que se refere aos tipos nominais com os quais se combinam, como demonstrado por Fraurud (1996) e, recentemente, elaborado na teoria dos conceitos nominais e da determinação nominal (*concept type and determination theory*) por Löbner (2011), cujas categorias vamos aplicar à seguinte análise dos determinantes definidos em português medieval. A partir de um ponto de vista semântico, Löbner (2011) elabora uma tipologia funcional da interação dos determinantes nominais com a semântica lexical dos nomes que introduzem. A teoria de Löbner (2011) parte da ideia que se podem distinguir quatro tipos lexicais básicos no âmbito dos nominais. Os

chamados conceitos nominais dividem-se em (i) *nomes genéricos*, (ii) *nomes individuais*, (iii) *nomes relacionais* e (iv) *nomes funcionais*.

Sob o término de (i) *nomes genéricos* agrupam-se nomes comuns que caracterizam os seus respectivos referentes em termos de propriedades, como *gato*, *pedra*, *agua* e *escritor* (Löbner 2011:280). Numa dada situação comunicativa os *nomes genéricos* podem referir a várias entidades como portadores da propriedade genérica que designam. Na classe dos (ii) *nomes individuais* agrupam-se nomes para entidades inerentemente únicas (Löbner 2011:281). Num dado contexto comunicativo designam, então, apenas um referente, como entre outros *lua*, *papa* e os nomes próprios. O grupo dos (iii) *nomes relacionais* é composto por nomes que caracterizam os seus referentes em termos de uma relação particular que liga a entidade referida a uma outra entidade possadora (Löbner 2011:281). As relações para com a entidade possadora designadas pelos *nomes relacionais* não são exclusivas à entidade referida, mas podem valer para várias entidades. Assim contam como nomes relacionais os nomes de papéis não-únicos, como *irmão* e *aluno*, os merónimos não-únicos, como *dente* e *ramo*, e nominalizações, como *correr*. Finalmente, tal como os nomes relacionais, os (iv) *nomes funcionais* caracterizam os seus referentes em termos da relação que estes mantêm com uma entidade possadora. Ao contrário dos nomes relacionais, porém, os nomes funcionais designam relações inerentemente únicas para com a entidade possadora. Fazem parte deste grupo merónimos únicos, como *cabeça* e *superfície*, nomes para papéis únicos, como *mãe* e *autor*, nomes para dimensões abstratas de um indivíduo, como *nome* e *cheiro* (Löbner 2011:282).

Löbner (2011) classifica os quatro conceitos nominais básicos conforme à sua respectiva realização positiva ou negativa dos valores semânticos de unicidade e de relacionalidade. Assim, os (ii) nomes individuais e os (iv) nomes funcionais representam conceitos nominais únicos, os (i) nomes genéricos e os (iii) nomes relacionais, porém, conceitos nominais não-únicos. Quanto ao valor de relacionalidade, agrupam-se os (i) nomes genéricos e os (ii) nomes individuais como conceitos não-relacionais e os (iii) nomes relacionais e os (iv) nomes funcionais como conceitos relacionais que precisam da especificação de um possador para construir a referência. Löbner (2011) considera que os valores [ $\pm$ unicidade] e [ $\pm$ relacionalidade] estão especificados para cada unidade nominal no léxico mental. No entanto, uma forma nominal polissêmica como *mulher* que represente especificações conceptuais diferentes, pode projetar várias entradas lexicais e tipos conceptuais, vejam-se Löbner (2011) e

Brenner et al. (2014). Assim *mulher* pode representar um nome genérico na leitura genérica e um nome funcional na leitura da relação conjugal designada por *mulher* no sentido de *mulher de alguém*.

Löbner (2011) assume que as funções semânticas dos determinantes nominais atuam sobre os tipos conceptuais dos nomes que introduzem. Assim, propõe que cada tipo conceptual define uma ou várias formas de determinação inerentes à respectiva configuração conceptual dos nomes. Denomina-se, então, *determinação congruente* o facto de um nome estar determinado por um determinante nominal que está em sintonia com o tipo conceptual básico do nome que acompanha.<sup>17</sup> Consideramos, a seguir, as configurações de determinação congruente no âmbito dos determinantes definidos.

Conforme descrito no procedimento acima, o artigo definido expressa o valor semântico de unicidade e indica, portanto, que a entidade referida pelo sintagma determinativo encabeçado por ele é inequivocamente identificável e única no universo discursivo. Respeitante ao seu valor [+único], o artigo definido está considerado, então, como determinante que está inerente aos conceitos nominais [+únicos] como os nomes individuais e os (iv) nomes funcionais, vejam-se *a lua* em (6ii) e *o pai* em (6iv). No caso do artigo definido, no entanto, é necessário diferenciar entre o uso em singular que expressa, de facto, a unicidade inerente à entidade e o uso em plural no qual o valor de unicidade se perde. O artigo definido em plural, ao contrário, indica tal como os artigos demonstrativos o valor de [-unicidade] da entidade referida e corresponde, portanto, aos conceitos nominais [-únicos] como os nomes genéricos e os nomes relacionais, vejam-se *esta pedra* em (6i) e *este irmão* em (6iv). Em consequência da realização positiva do valor de relacionalidade, os nomes relacionais e os nomes funcionais prevêm também a determinação por um artigo possessivo, vejam-se *a tua mão* em (6iii) e *a minha cabeça* (6iv).

(6) *determinação congruente*

- (i) nomes genéricos                    ✓ artigo demonstrativo, artigo definido pl  
p. ex. *Encontrou esta pedra.*
- (ii) nomes individuais                ✓ artigo definido sg  
p. ex. *A lua está a brilhar.*

---

<sup>17</sup> Embora Löbner (2011) integre na sua teoria também os determinantes indefinidos e quantificadores, restrinjo-me nesta contribuição conforme ao propósito do estudo apenas das funções dos determinantes definidos.

(iii) nomes relacionais ✓ artigo demonstrativo, artigo possessivo, artigo definido pl

p. ex. *Este irmão do Pedro vai à Itália.*

(iv) nomes funcionais ✓ artigo definido sg, artigo possessivo

p. ex. *O pai do Pedro é muito alto.*

Designa-se, porém, pelo termo *determinação incongruente* o facto de um nome for determinado por um determinante não inerente à sua configuração conceptual (Löbner, 2011). Assim, determinação incongruente surge quando nomes [+únicos] como os nomes individuais e os nomes funcionais estiverem determinados por um determinante nominal [-único] como o artigo demonstrativo, vejam-se *esta lua* em (7ii) e *este pai* em (7iv). No caso dos nomes [-únicos] e [-relacionais] como os nomes genéricos, porém, o artigo definido, em consequência do seu valor [+único], e o artigo possessivo, em consequência do seu valor [+relacional] funcionam como determinantes incongruentes, vejam-se *a pedra* em (7i) *o irmão* em (7iii).

No que diz respeito aos nomes relacionais, no entanto, apenas o artigo definido conta como determinante incongruente, como *o irmão* em (7iii). Em consequência da realização positiva do valor semântico de relacionalidade, o artigo possessivo não pode ser classificado como determinante incongruente à configuração conceptual dos nomes relacionais, embora nenhum deles é [+único]. Não conta como determinação incongruente se o complemento possessor dos nomes [+relacionais] for saturado de forma directa por meio de um complemento preposicional, de um possessor externo ou de um referente discursivo não directamente ligado ao sintagma determinativo designando o possuído, como no caso da anáfora associativa.

(7) *determinação incongruente*

(i) nomes genéricos artigo definido, artigo possessivo

p. ex. *Encontrou a pedra do Pedro. / Toma a minha caneta.*

(ii) nomes individuais artigo demonstrativo, artigo possessivo, artigo definido pl

p. ex. *Esta lua está bem vermelha. / O meu deus é o teu deus.*

(iii) nomes relacionais artigo definido sg

p. ex. *O irmão do Pedro vai à Itália.*

(iv) nomes funcionais artigo demonstrativo, artigo definido pl

p. ex. *Este pai já ligou ontem. / Os pais vão buscar os filhos às quatro da tarde.*

Em consequência da incongruência semântica dos determinantes para com os nomes introduzidos por eles, como visto em (7i-iv), efetua-se uma modificação da configuração conceptual do nome conforme a semântica do determinante aplicado. Consideramos, a seguir, os tipos de modificação produzidos pelos determinantes definidos em questão. Conforme ao seu conteúdo semântico, o artigo definido singular acrescenta aos conceitos nominais [-únicos], o valor de [+unicidade]. Se um nome genérico, então, for determinado por um artigo definido, transforma-se em um nome individual (8ia). No entanto, se um nome relacional for determinado por um artigo definido, transforma-se em um nome funcional (8iii). O artigo possessivo, portanto, não apenas acrescenta o valor de [+unicidade], mas também de [+relacionalidade]. Assim, se um nome genérico for determinado por um artigo possessivo, transforma-se em um nome funcional (8ib). Aos nomes individuais, porém, o artigo possessivo acrescenta apenas o valor de [+relacionalidade], o que produz um nome funcional (8iib). O artigo demonstrativo e o artigo definido em plural, ao contrário do artigo em definido singular e do artigo possessivo, anula a marcação positiva dos tipos nominais [+únicos]. De este modo, um nome individual determinado por artigo definido em plural ou artigo demonstrativo transforma-se em um nome genérico (8iia-b), um nome funcional em um nome relacional (8iv).

(8) *modificações de tipo conceptual no âmbito dos determinantes definidos*

<i>input</i>	<i>determinação</i>	<i>output</i>
(i) a. nome genérico	artigo definido sg	conceito individual
b. nome genérico	artigo possessivo	conceito funcional
(ii) a. nome individual	artigo definido pl	conceito genérico
b. nome individual	artigo demonstrativo	conceito genérico
c. nome individual	artigo possessivo	conceito funcional
(iii) nome relacional	artigo definido sg	conceito funcional
(iv) a. nome funcional	artigo definido pl	conceito relacional
b. nome funcional	artigo demonstrativo	conceito relacional

Além do mais, é necessário considerar que, conforme a teoria de Löbner (2011), a determinação congruente corresponde ao uso básico dos nomes, enquanto que a

determinação incongruente apresenta um uso derivado ou marcado tanto dos nomes como dos determinantes nominais. Esta hipótese é corroborada a validade de uma análise de corpus por Horn e Kimm (2014) demonstrando que o uso de nomes com determinantes congruentes à respectiva configuração conceptual é significativamente maior ao uso de nomes introduzidos por determinantes incongruentes à respectiva configuração semântica, vejam-se para os valores exactos Löbner (2011) e Horn/Kimm (2014). Além disso, um estudo psicolinguístico de Brenner et al. (2014) confirma que os usos congruentes dos nomes estão processados significativamente mais rápido que os usos incongruentes da parte do receptor.

Levanta-se aqui a questão de se as categorias estabelecidas por Löbner (2011) podem contribuir a um conhecimento mais profundo da função dos determinantes definidos em português medieval e de se podem abrir novas linhas na investigação do sintagma determinativo. A fim de se aproximar das questões aqui formuladas e de obter uma amostra do uso real dos determinantes definidos em português medieval, é necessário consultar um corpus de português medieval. Para adquirir uma visão sincrónica e integradora da funcionalidade semântica dos determinantes definidos em português medieval, foram escolhidas duas hagiografias intituladas *A vida de Tarsis* e *A visão de Tíndalo* datadas do século treze que formam parte do manuscrito alcobacense de vidas de santos e que são disponibilizados pelo *Corpus Informatizado do Português Medieval*. Dos dois textos examinados foram recolhidos todos os sintagmas determinativos que têm como determinante um artigo definido, um artigo demonstrativo ou um artigo possessivo. Assim, constitui-se uma base de dados de um total de 1093 sintagmas determinativos.

#### 4. Análise

Num primeiro passo, os sintagmas determinativos recolhidos no *CIPM* foram anotados manualmente com informações sobre o tipo de determinante definido que encabeça o sintagma. Conforme os critérios funcionais e estruturais foram distinguidos os seguintes tipos: primeiro, o artigo definido distinguindo aí, conforme à sua diferença funcional, entre (i) o artigo definido em singular e (ii) o artigo definido em plural; segundo, os artigos possessivos distinguindo aí, conforme à respectiva diferença

estrutural, entre (iii) o possessivo simples e (iv) o possessivo composto que inclui o artigo definido; e, terceiro, os artigos demonstrativos distinguindo aí entre (v) o demonstrativo proximal, (vi) o demonstrativo medial e (vii) o demonstrativo distal.

Como se pode ver no gráfico 1, mais de dois terços dos sintagmas determinativos recolhidos estão encabeçados por um artigo definido, o que corresponde a um total de 68% das ocorrências. Entre os 740 artigos definidos encontrados predominam os artigos definidos em singular com 497 ocorrências em comparação com 243 ocorrências com artigo definido em plural.

Gráfico 1. Frequência por tipo de determinante definido

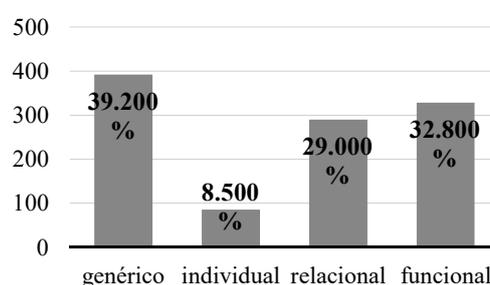
				número de ocorrências
<b>definido</b>	740 (68%)	singular	o, a	496
		plural	os, as	244
<b>possessivo</b>	212 (19%)	simples	meu(s), minha(s), etc.	116
		composto	o(s) meu(s), a(s) minha(s), etc.	96
<b>demonstrativo</b>	141 (13%)	proximal	este/os, esta(s)	87
			aqueste/os, aquesta(s)	2
		medial	esse/os, essa(s)	1
		distal	aquele/os, aquela(s)	51
$\Sigma$	1093	(100%)		

Se bem que ocupem uma posição muito distante do artigo definido, os artigos possessivos atingem a segunda maior frequência com um valor de 19% das ocorrências em total. Das 212 ocorrências encontradas aparecem 96, aproximadamente a metade das ocorrências, com artigo definido. Por último, constata-se no gráfico 1 que os artigos demonstrativos são os determinantes definidos com menos frequência entre os determinantes definidos no corpus, com um total de 13% das ocorrências. A maioria das 141 ocorrências dos artigos demonstrativos é constituída pelo demonstrativo proximal com 89 ocorrências, das quais duas correspondem à forma medieval *aqueste* que provem de uma univerbação do elemento deítico *eccum* e do demonstrativo *iste*. Em segundo lugar, figuram os demonstrativos distais com 51 ocorrências. Quanto aos demonstrativos mediais, apenas uma ocorrência foi recolhida.

Num segundo passo, os nomes cabeça dos sintagmas nominais complemento dos sintagmas determinativos recolhidos foram anotados com informações sobre os

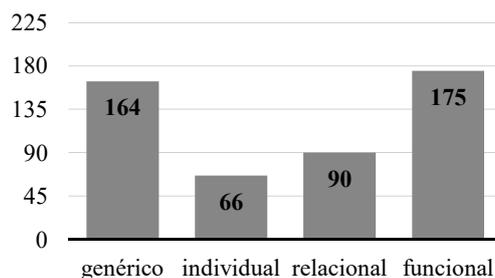
respectivos tipos nominais conforme às categorias estabelecidas por Löbner (2011), veja-se o terceiro parágrafo. 39% dos sintagmas determinativos, ou seja, 392 dos 1093 sintagmas em total, têm como complemento um *nome genérico*, veja-se o gráfico 2. Com pouca diferença, em segundo lugar encontram-se os *nomes funcionais* com 33% (328 ocorrências), seguidos com pouca distancia pelos *nomes relacionais* com um total de 29% (290 ocorrências). Igualmente como previsto por Löbner (2011), os *nomes individuais* são, com um total de 9% (85 ocorrências), o tipo mais raro no corpus examinado.

Gráfico 2. Frequência por tipo nominal



Uma vez anotados os sintagmas determinativos recolhidos com informações tanto sobre o tipo de determinante definido aplicado como sobre o tipo nominal básico, podemos começar a própria análise das funções dos determinantes definidos em português medieval. Quando for questão de experimentar se as categorias de Löbner (2011) podem contribuir a um conhecimento mais profundo do sistema determinativo em português medieval, é preciso interrogar a nossa base de dados, num primeiro passo, sobre as respectivas preferências dos diferentes determinantes definidos no que diz respeito ao tipo nominal do nome determinado por ele. Examinamos primeiro a distribuição dos tipos nominais em combinação com o artigo definido, vejam-se o gráfico 3 para o artigo definido em singular. Para os artigos definidos em singular, em consequência da sua realização positiva do valor de unicidade, Löbner (2011) prevê uma frequência maior de uso com os tipos nominais [+únicos], tal os *nomes individuais* e os *nomes funcionais*. Embora esta observação se verifique no caso dos *nomes funcionais*, que são, de facto, o tipo nominal mais frequente em combinação com o artigo definido em singular com 175 das ocorrências, não se verifica, portanto, com os *nomes individuais* que se encontram em apenas 66 casos com artigo definido e figuram, assim, no último lugar, vejam-se os exemplos em (9).

Gráfico 3. Frequência do definido singular por tipo nominal



(9) a. E o *firmamêto*<sub>individual</sub> era como ceo sobre as suas cabeças muy fremoso. (*A visão de Túndalo* fol.134v.)

b. E entõ apareceo aly a vaca muy brava ã guisa que non querya per nêhũa entrar pella ponte. Enpero ouve-*a* de tomar *ao pescoço*<sub>funcional</sub>. e ãntrou cõ ella pella ponte. (*A visão de Túndalo* fol.127v.)

A segunda maior frequência atinge, no entanto, os *nomes genéricos* com um valor de 164 ocorrências com artigo definido em singular, embora esta combinação conte como determinação incongruente. Aplicando o artigo definido com conceitos nominais que não designam entidades inerentemente únicas, mas propriedades, como os *nomes genéricos* e os *nomes relacionais*, o locutor convida o interlocutor a construir um objeto da propriedade categórica expressa pelo sintagma nominal como determinada e única no universo de discurso, explicando-se esta unicidade por meio do contexto discursivo, como no caso dos sintagmas definidos anafóricos, como *o asno* em (10a), ou não, como no caso dos sintagmas determinativos não-anafóricos, como *todo o çilição* em (10b) e *o altar* em (10c).

(10) a. vinha e passou perdante elles hũa jogressa da çidade de Antiochia [...] ã çima de *hũũ asno*<sub>i</sub>, ornada e affectada de muitos e grandes nobres ornamentos e sobre ella nom pareçia, se nom ouro e pedras margaritas preçiosas e de gram vallor. [...] E quando os bispos, ã çima *do asno*<sub>i</sub> cõ a cabeça descuberta e cõ tanta põpa e soberva a viram passar [...] tornarom suas façes e seus rrostros atras (*Vida de Tarsis* fol.75r.-75v.)

b. E o bispo Nono outra vez tornou sua façe sobre seus giolhos, cõ grande desejo sospirando e chorando ferindo seus pectos; *todo o çilição de que era vestido* de suas lagrimas era molhado (*Vida de Tarsis* fol.75v.)

c. vy ã cabo *do*<sub>def sg</sub> *altar*<sub>genérico</sub> hũa põõba de collar negra e chea e çercada de muita çugidade e fedor, o qual fedor e çugidade eu nom podia soffrer (*Vida de Tarsis* fol.77r.)

Na distribuição dos determinantes definidos que indicam [-unicidade] inerente das entidades referidas, como o artigo definido em plural e os artigos demonstrativos, no entanto, constata-se uma clara preferência para os conceitos nominais [-únicos], como previsto por Löbner (2011), vejam-se o gráfico 4 para o artigo definido em plural e o gráfico 5 para os artigos demonstrativos. Assim, tanto na distribuição do artigo definido em plural como dos artigos demonstrativos, os *nomes genéricos*, com 105 ocorrências com o artigo definido em plural e 78 com os artigos demonstrativos, e os *nomes relacionais*, com 95 ocorrências com o artigo definido em plural e 43 com os artigos demonstrativos, são os tipos nominais mais frequentes, vejam-se os exemplos em (11).

Gráfico 4. Frequência do definido plural por tipo nominal

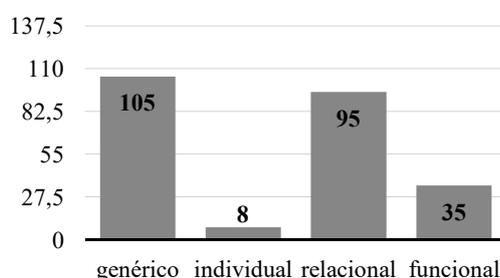
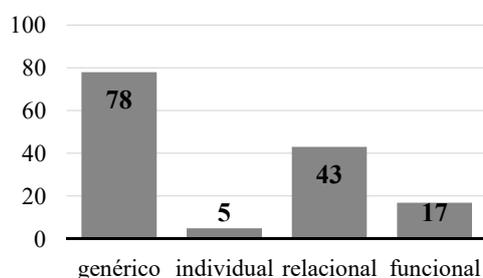


Gráfico 5. Frequência dos artigos demonstrativos por tipo nominal



(11) a. Eu andava per todos *os*<sub>def pl</sub> *mosteyros*<sub>genérico</sub> pera veer e visitar todos *os*<sub>def pl</sub> *padres*<sub>genérico</sub> e hirmãos e receber deles beencom e em todos os mosteyros era muy gran fama de dom Payo monje. (*Vida de Tarsis* fol.82r.)

b. quando virõ aquello espantarõ-sse muito e el abryo *os*<sub>def pl</sub> *olhos*<sub>relacional</sub> e começou de oolhar (*A visão de Túndalo* fol.124r.)

c. Rogo-te que me digas de quaes he *esta*<sub>dem</sub> *folgança*<sub>relacional</sub> tamanha e *este*<sub>dem</sub> *lugar*<sub>genérico</sub> tam bóó. firmamêto e *esta*<sub>dem</sub> *fonte*<sub>genérico</sub> como ha nome. (*A visão de Túndalo* fol.132r.)

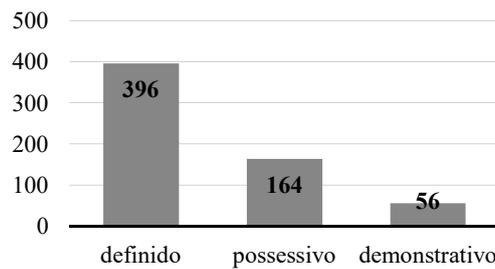
Os tipos nominais [+únicos] que demonstram determinação incongruente com o artigo definido em plural e os artigos demonstrativos são claramente os tipos nominais menos frequentes nos gráficos 4 e 5. Os *nomes individuais* com 8 ocorrências com o artigo definido em plural e 5 ocorrências com os artigos demonstrativos representam valores ainda mais baixos para os *nomes funcionais* que contam 35 ocorrências com o artigo definido em plural e 17 ocorrências com os artigos demonstrativos. Como visto no comentário dos exemplos (7), os determinantes definidos [-únicos] produzem uma alteração na configuração do nome, vejam-se os exemplos em (12). Os artigos demonstrativos, além disso, produzem um efeito chamativo, transformando um nome inerentemente único, como o nome próprio *aquel Lucifel* em (12b) em um nome não inerentemente único.

(12) a. E entõ começarõ de andar e viron grande espanto de teebras. e ouvirõ tam grande volta que semelhava que *todollos*<sub>def pl</sub> *firnamêtos*<sub>individual</sub> → genérico *da terra* se moviã. (*A visão de Túndalo* fol.129v.)

b. E *aquel*<sub>dem</sub> *Lucifel*<sub>individual</sub> → genérico era atam grande que sobejava per todallas outras bestas em grandeza. (*A visão de Túndalo* fol.131r.)

Na distribuição dos artigos possessivos os nomes [+relacionais] e, portanto, inerentemente determinados pelos artigos possessivos estão muito à frente dos tipos nominais [-relacionais]. No primeiro lugar da hierarquia figuram, os *nomes funcionais* com 100 ocorrências, seguidos pelos *nomes relacionais* com 64 ocorrências, vejam-se *sseu rostro* em (13) como exemplo para os *nomes funcionais* e *aos seus amados* como exemplo para os *nomes relacionais*. Os *nomes genéricos* e os *nomes individuais*, tal como previsto por Löb-ner (2011), são os tipos nominais menos frequentes com 43 ocorrências para os primeiros e apenas 5 ocorrências para os segundos. Com os tipos nominais [-relacionais], porém, os artigos possessivos impõem o valor de relacionalidade, indicando que a entidade referida é inequivocamente identificável por estar ligada à entidade possessoria expressa pelo artigo possessivo, veja-se o *ssua camara* em (13).

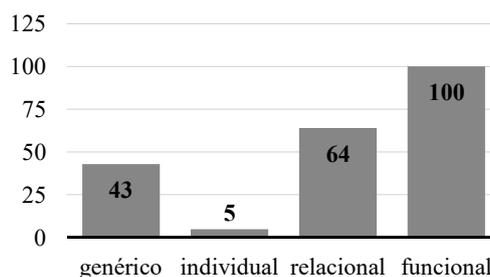
Gráfico 6. Frequência dos artigos possessivos por tipo nominal



(13) Quantas horas pensades que esta molher está dentro ã *ssua*<sub>poss</sub> *camara*<sub>genérico</sub>—  
>relacional, ã sse ornamentar e affectar, lavando e affremosentando *seu*<sub>poss</sub> *rrostro*<sub>funcional</sub>,  
untando-o de muitos e desvayrados unguêtos pera seer desejada de todos e parecer bẽ ao  
mundo e nõ seer nem parecer torpe e fea *aos*<sub>def</sub> *seus*<sub>poss</sub> *amados*<sub>relacional</sub>, que oje pareçẽ e  
cras nõ som? (*Vida de Tarsis* fol.76r.)

Tendo em conta o facto de os complementos possessores dos tipos nominais inerentemente [+relacionais] terem de estar saturados para poder estabelecer a referência definida, levanta-se aqui a questão de quais são as estruturas de complementação da entidade possensora caso não forem complementados com artigo possessivo. Como visto nos gráficos 3 a 5, os tipos funcionais ocorrem também em grande número com o artigo definido e os artigos demonstrativos determinantes que não especificam a relação com uma entidade possensora, veja-se no gráfico 7 a distribuição dos tipos nominais [–relacionais], tais os *nomes relacionais* e os *nomes funcionais*.

Gráfico 7. Frequência dos tipos nominais [+relacionais] por tipo de determinante



Tal como no português contemporâneo, além do artigo possessivo, o complemento relacional dos conceitos nominais [+relacionais] pode ser especificado por meio de um possessor externo, de um sintagma preposicional complemento, como *o imiigo da humanal linhagem* (14a), de um adjetivo relacional, como *humanal linhagem* (14a) ou de uma anáfora associativa, como *pellas paredes* em (14b).

(14) a. e agora anda e amostrar-té-éy o *imiígo da humanal linhagem* (*A visão de Túndalo* fol.130v.)

b. E seram atam sotíís que entrará *nas casas* ainda que as portas estem çarradas. assi como Jhesu Cristo entrou *aos apóstollos*<sub>possessor</sub> estando aas portas çarradas. Trespassarom *pellas*<sub>def</sub> *paredas*<sub>relacional</sub> tam sotilmente como o são da palavra. (*A visão de Túndalo* fol. 136v.)

c. O santo bispo Nono per forca a fez levantar de terra e lhe disse: - [Os sanctos canones e decretos dizem que nenhũa meretriz e molher publica nom deve de seer baptizada se nom der fiadores que nũa mais use de maos pecados nẽ se envolva em eles.]; E ela quando esto ouvio outra vez se lancou ã terra e com muyta[s] lagrimas e sospiros e grandes vozes disse: - Tu daras razom e cõto da mynha alma a Deos, e os meus pecados e maldades a ty seer[a]m tornados se me nom baptizares. Porque muyto temo *esta tardanca*<sub>i</sub> que fazes em me baptizar (*Vida de Tarsis* fol.78v.-79r.)

No exemplo (14c), no entanto, o complemento relacional de *tardanca* não apenas é especificado por meio da frase completiva *que fazes em me bautizar*, mas também por meio de uma ligação deítica com o discurso precedente que expressa a hesitação do bispo Nono para com o baptizado da Tarsis estabelecida pelo artigo demonstrativo *esta*.

## 5. Discussão final

O estudo mostrou que as funções semânticas dos determinantes definidos em português medieval no corpus de amostra correspondem às funções previstas pela tipologia de Löbner (2011). Para obter um conhecimento mais profundo do uso dos determinantes definidos em português antigo seria, em um próximo passo, necessário ampliar tanto os critérios de análise como o corpus analisado. Uma ampliação dos critérios de análise incluindo tanto a diferenciação por classes nominais (tal a diferenciação entre concreto e abstrato, *mass* e *count*) possibilitaria assim mesmo matizar melhor o uso dos determinantes definidos em português medieval.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Ariel, Mira. 1990. *Accessing noun phrase antecedents*. London: Routledge.
- Bernstein, Judy. 2008. Reformulating the determiner phrase analysis. *Language and linguistics compass*, n.º2. p. 1246-1270.
- Brenner, Dorothea; Indefrey, Peter; Horn, Christian; Kimm, Nicolas. 2014. Evidence for four basic noun types from a corpus-linguistic and a psycholinguistic perspective. In: Doris Gerland; Christian Horn; Anja Latrouite; Albert Ortman (Org.). *Meaning and Grammar of Nouns and Verbs*. Düsseldorf: dup. p. 21-48.
- Chambelland Galves, Charlotte Marie. 2008. *Estudo da variação do determinante em sintagmas nominais possessivos na história do Português*. Tese de doutorado da Universidade Estadual de Campinas.
- CIPM - Corpus informatizado do português medieval. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 16 ag. 2015.
- Cunha, Celso; Cintra, Luís F. Lindley. 1986. *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: João Sá da Costa.
- Diessel, Holger. 1999. *Demonstratives*. Amsterdão: John Benjamins.
- Dryer, Matthew S. 2013. Definite Articles. In: Matthew S. Dryer; Martin, Haspelmath (Org.). *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. Disponível em: <<http://wals.info/chapter/37>>. Acesso em: 14 sept. 2015.
- Fraurud, Kari. 1996. Cognitive ontology and NP form. In: Thorstein Fretheim (Org.). *Referent and reference accessibility*. Amsterdam: Benjamins. p. 65-87.
- Giusti, Giuliana. 1997. The categorial status of determiners. In: Liliane Haegeman (Org.). *The new comparative syntax*. Londres: Longman. p. 95-123.
- Gundel, Jeannette; Hedberg, Nancy; Zacharski, Ron. 1993. Cognitive Status and the Form of Referring Expressions in Discourse. *Language*, n.º69. p. 274-307.
- Ledgeway, Adam. 2012. *From Latin to Romance. Morphosyntactic typology and change*. Oxford: OUP.
- Longobardi, Giuseppe. 2008. Reference to individuals, persons, and the variety of mapping parameters. In: Axel Klinge; Hendrik, Müller (Org.). *Essays on nominal determination*. Amsterdão: John Benjamins. p. 189-211.
- Löbner, Sebastian. 2011. Concept type and determination. *Journal of Semantics*, n.º28. p. 279-333.

Lyons, Christopher 1999. *Definiteness*. Cambridge: CUP.

Mira Mateus, Maria Helena (Org.). 1983. *Gramática portuguesa*. Coimbra: Almedina.

Rinke, Esther. 2010. A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português. *Estudos de lingüística galega*, n.º2. p. 121-139.